

PATRÍCIA COTTICA MAGRO

**QUALIDADE DE VIDA E QUALIDADE DAS CONDIÇÕES  
PARA VIVER: UM MODELO DE AVALIAÇÃO PARA O  
*PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS***

Dissertação apresentada em  
cumprimento parcial às exigências do  
Programa de Pós-Graduação *Stricto  
Sensu* em Agroecossistemas para  
obtenção do grau de Mestre.

Linha de Pesquisa: Dinâmica de  
sistemas socioecológicos.

**Orientador:** Dr. Luiz Renato  
D'Agostini

Florianópolis  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Magro, Patrícia Cottica

Qualidade de vida e qualidade das condições para viver :  
um modelo de avaliação para o Programa de Aquisição de  
Alimentos / Patrícia Cottica Magro ; orientador, Luiz  
Renato D'Agostini - Florianópolis, SC, 2016.  
76 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós  
Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. Agroecossistemas. I. D'Agostini, Luiz Renato. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós  
Graduação em Agroecossistemas. III. Título.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

PATRÍCIA COTTICA MAGRO

### **QUALIDADE DE VIDA E QUALIDADE DAS CONDIÇÕES PARA VIVER: UM MODELO DE AVALIAÇÃO PARA O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora.

---

Prof. Dr. Luiz Renato  
D'Agostini  
Orientador

---

Prof. Dr. Ademir Antonio  
Cazela  
Coordenador do PGA

#### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Sandro Luis  
Schlindwein  
Membro – CCA/UFSC

---

Dr. Léo Teobaldo Kroth  
Membro – EPAGRI/APA

---

Prof. Dr. Fred Newton da Silva Souza  
Membro – UNITINS

Florianópolis, 14 de junho de 2016.

A quem me fez perceber sentido nessa jornada:  
Renan.

Agradeço:  
Ao D'Agostini, pelos novos horizontes.  
Aos meus pais Sérgio e Irma, pelo apoio.  
Ao meu irmão Fabiano, pelo incentivo e pela ajuda.  
Ao Renan, pela paciência, companheirismo e incentivo.  
À Juliana e ao Fred, pelo direcionamento.  
À banca, pelas contribuições.  
Ao Antônio Júnior e à Daiane, pela amizade.  
À Mirta, pela ajuda.  
À Leusa, pela revisão.  
À Bia e à Marina, pelo acolhimento.  
Aos colegas, pela companhia.  
Aos Agricultores Familiares, minha admiração.  
À CAPES, pelo auxílio financeiro.  
E a você que está lendo, pela atenção.  
Obrigada!

*O meio e suas ações não podem instruir o sistema, e sim apenas desencadear mudanças, sem poder determinar como e em quanto o sistema mudará.*

**Maturana e Varela**

## RESUMO

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA visa a promover inclusão social de agricultores familiares. Para tanto a renda proveniente da comercialização de sua produção precisaria ser significativa a ponto de se poder identificar melhoria na *qualidade de vida* desses agricultores. Assume-se que não apenas a renda é importante para melhoria na qualidade de vida de agricultores. De todo modo, um aumento de renda pode ser considerado como melhoria em um aspecto determinante para a promoção de condições necessárias para viver socialmente bem, aumentando as possibilidades desses agricultores se revelarem mais satisfeitos em viver no meio rural. O presente trabalho tem como objetivo apresentar e mobilizar um modelo de avaliação do PAA. Nos limites desse estudo a avaliação do PAA é realizada com método que possibilita a caracterização e a distinção da *qualidade das condições para viver* (IQCv) e da *qualidade de vida* (IQV). Para tanto foram identificados aspectos relevantes para a avaliação da *qualidade das condições para viver* e da *qualidade de vida*. Sempre considerando o contexto, a avaliação foi feita a partir de entrevistas com técnicos e gestores responsáveis pela execução do PAA e agricultores familiares cadastrados no programa no município de Palmas - TO. Quanto mais os resultados do IQCV e do IQV forem elevados e convergirem, melhor será avaliado o objeto da avaliação. Os resultados obtidos para o IQCV e IQV nesse estudo foram bastante baixos – igual a 0,07 e 0,13, respectivamente. Isso mostra alinhamento nos olhares que orientam a categoria de interessados em dispor de melhores condições para viver e a categoria de interessados em promover essas melhorias. Ainda que haja pouca divergência, a categoria social que promove as melhorias considera as condições para viver disponíveis no contexto piores do que a categoria dos indivíduos que vivem tais condições se mostra satisfeita. De todo modo a avaliação resultou muito ruim, sugerindo uma baixa efetividade na promoção de inclusão social e econômica no contexto estudado. Contudo, não significa dizer que o Programa de Aquisição de Alimentos não está sendo efetivo. Isso porque muitos aspectos considerados na avaliação não são orientados diretamente pelas ações do PAA.

**Palavras-chave:** Avaliação, programas sociais, qualidade de vida.

## ABSTRACT

The Food Acquisition Program - FAP aims to promote social inclusion of family farmers. In order to achieve this, the income derived from the commercialization must be significant enough as to allow improvement in the family farmer's quality of life. It is assumed that not only the income is important to improve quality of life. In order to provide a dignified social existence, an increase of income can be considered an improvement in a key aspect for the promotion of needed conditions. Thus, by increasing the possibilities these farmers demonstrated more satisfaction in living in rural areas. This study has the objective of presenting and mobilizing a model of evaluation for FAP. The study of the evaluation of FAP takes place with a method that enables the characterization and the distinction of *quality living conditions (IQLC)* and of the *quality of life (IQL)*. For this, relevant aspects for the evaluation of *quality living conditions* and of the *quality of life* were evaluated. Always considering the context, the evaluation was executed by means of interviews with technicians and managers responsible for the execution of the FAP program and also with family farmers registered in the program in Palmas – TO. The more the results of IQLC and IQL, were high and convergent, better was the analysis. The results obtained from IQLC and IQV were extremely low, 0,07 and 0,13 respectively. This reveals alignment between the views of the two social categories considered for this study: Those interested in better living conditions and those interested in promoting such improvements. Even though there was little divergence, the social category that promotes the improvement considered the available living conditions to be poor, as opposed to those who reside in rural areas satisfactorily. Finally, the evaluation resulted very badly, suggesting little effectiveness regarding social and economic inclusion. However, not to say that the Food Acquisition Program is not being effective. This because many aspects considered in the evaluation are not directly oriented by the actions of the PAA.

**Key-words:** Evaluation. social programs. quality of life.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1-** Diagrama Causal do modelo econômico implantado para o combate a fome no Brasil após o ano de 2003. \_\_\_\_\_ 24
- Figura 2-** A satisfação decorrente de se dispor de meios cresce em taxa decrescente com o crescimento da disponibilidade. \_\_\_\_\_ 32
- Figura 3-** Sistema de interesse do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Palmas-TO. \_\_\_\_\_ 36
- Figura 4-** Relação entre os melhores e piores níveis de disponibilidade de meios e o mais baixo e mais alto grau de satisfação de quem dispõe. \_\_\_\_\_ 41
- Gráfico 1-** Representação gráfica do IQCV. \_\_\_\_\_ 54
- Gráfico 2-** Representação gráfica do IQV. \_\_\_\_\_ 55
- Gráfico 3-** Indicador de Qualidade de Vida referente à satisfação dos homens. \_\_\_\_\_ 60
- Gráfico 4-** Indicador de Qualidade de Vida referente à satisfação das mulheres. \_\_\_\_\_ 61

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1-</b> Aspectos relevantes para a avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos. _____	39
<b>Quadro 2-</b> Roteiro de entrevistas _____	40
<b>Quadro 3-</b> Diferentes níveis de precisão na atribuição de significados objetivos aos estados de aspectos considerados. _____	43
<b>Quadro 4-</b> Categorias sociais consideradas e seus correspondentes indicadores parciais e finais. _____	45
<b>Quadro 5-</b> Média das notas atribuídas ao estado dos aspectos pelas categorias sociais de executores e fornecedores. _____	49
<b>Quadro 6-</b> Síntese dos resultados dos indicadores parciais e dos indicadores principais _____	52
<b>Quadro 7-</b> Comparação entre homens e mulheres das notas atribuídas ao estado dos aspectos considerados _____	58
<b>Quadro 8-</b> Síntese dos resultados dos indicadores parciais referentes à satisfação de homens e mulheres. _____	60

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Entre a qualidade no fazer e a satisfação com o que é feito	17
1.2 Hipótese	19
1.3 Objetivos	19
1.3.1 Objetivo Geral	19
1.3.2 Objetivos Específicos	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 Reconhecimento da Agricultura Familiar e sua Importância no Combate à Fome no Brasil	21
2.2 Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar	25
2.3 Qualidade das Condições para Viver e Qualidade de Vida	29
2.4 A Disponibilidade de meios e a satisfação dela decorrente	31
3 MATERIAL E MÉTODO	35
3.1 Identificação dos aspectos e elaboração do roteiro de entrevistas	37
3.2 Da observação	41
3.3 Análise dos dados	44
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	47
4.1 Um modelo de avaliação contextual	47
4.2 Processamento de dados	48
4.3 Interpretação dos resultados	51
4.4 Representação gráfica do IQCV e do IQV	53
4.5 Aspectos que necessitam de atenção	55
4.6 O efeito gênero	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
5.1 Das limitações percebidas	64
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	70
APÊNDICE B - Notas atribuídas ao estado dos aspectos - técnicos executores	72
APÊNDICE C - Notas atribuídas ao estado dos aspectos - agricultores familiares	73
APÊNDICE D - Notas atribuídas ao estado dos aspectos - agricultores familiares, sexo feminino.	75
APÊNDICE E - Notas atribuídas ao estado dos aspectos - agricultores familiares, sexo masculino.	76



## 1 INTRODUÇÃO

É da agricultura que vêm os alimentos de que precisamos para nos mantermos biologicamente ordenados e socialmente organizados em populosas comunidades. Produzir alimentos em quantidade, qualidade e regularidade suficientes para atender à demanda, restou cada vez mais a cargo de agricultores referidos como familiares, haja vista que no Brasil 84% dos estabelecimentos agropecuários são aqueles classificados como familiares. De outro lado, a área de terras cultivadas pelos *agricultores familiares* é apenas 24% do total (IBGE, 2006).

De toda forma, recai sobre os pequenos estabelecimentos agrícolas a maior parte das atividades para manter uma suficiente disponibilidade de alimentos para a população urbana. Todavia, mesmo que esse encargo seja política e socialmente reconhecido, a rentabilidade da atividade comumente é bem inferior àquela que se verifica em outros setores da economia. Salvo alguns produtos destinados a *nichos de mercado*, alimentos são produtos de baixo preço. Também não poderia ser diferente, pois mesmo para seres economicamente privilegiados, somente uma dinâmica econômica que facilite o acesso ao alimento poderia sustentar uma população crescente.

A estrutura social engendrada no capitalismo agrário foi, em grande parte, direta ou indiretamente, determinada pelo Estado. As políticas agrícolas possibilitaram o crescimento do *agronegócio*, a assim referida agricultura de grande escala. Este segmento da agricultura é significativo para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), mas pouco contribui para o fornecimento de alimentos não industrialmente processados. Na verdade, em todo o mundo, uma suficiente disponibilidade de alimentos, especialmente aqueles consumidos *in natura* ou com o mínimo processamento, depende diretamente do meio rural e em especial da *agricultura familiar*. Muito por isso, estados e instituições, direta ou indiretamente, subsidiam a manutenção dessa atividade agrícola e, no Brasil, esse *subsídio* dá-se também a partir de programas governamentais especialmente voltados à atividade reconhecida como *agricultura familiar*.

A *agricultura familiar* é caracterizada segundo critérios estabelecidos pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. É considerado agricultor familiar ou empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural satisfazendo, simultaneamente, as seguintes condições:

Não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).<sup>1</sup>

O censo agropecuário (IBGE, 2006) mostra que apesar de ocupar somente 24% da área destinada à agricultura, a *agricultura familiar* é responsável por 38% do Valor Bruto da Produção, o que equivale a 54 bilhões de reais. Contudo, considerando a produção vendida e aquela consumida no estabelecimento de origem, apenas 8,19% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros teriam produzido o correspondente a dez ou mais salários mínimos mensais (ALVES e ROCHA, 2010, p. 275). Esses 8,19% de estabelecimentos geraram quase 85% do Valor Bruto da Produção correspondente à agricultura familiar. Fica fortemente sugerido, assim, que a maioria dos agricultores possui renda mensal baixa ou muito baixa, necessitando de apoio de programas governamentais que possibilitem o acesso a uma maior renda.

Frente à necessidade de produzir alimentos que não podem, ou não interessam que sejam processados intensamente, e a conveniência estratégica de sustentar essa capacidade de produção, cada nação procura suas soluções. A maioria dos países industrializados encontrou nos subsídios financeiros um interessante encaminhamento, já que protegem sua produção e possibilitam maior competitividade aos seus agricultores.

Nesse contexto, a União Europeia tem, desde 1958, a Política Agrícola Comum (PAC), que protege e subsidia a produção agropecuária de seus países membros. Essa política tem por finalidade assegurar preços razoáveis de alimentos aos consumidores europeus e uma remuneração compensadora aos agricultores, através de subsídios para a redução de custos e para complementação de receitas. Além disso, a PAC surgiu como forma de manter os agricultores no meio rural (TREMEEA, 2012), o que representa importante aspecto estratégico de

---

<sup>1</sup> Outros aspectos de natureza conceitual sobre a caracterização de *agricultura familiar* e que possam despertar interesse acadêmico não serão discutidos neste trabalho.

segurança alimentar frente a possíveis conflitos e consequentes dificuldades de adquirir alimentos produzidos em outros países.

No Japão, o protecionismo do Estado teve grande importância na reconstrução da economia do país após a Segunda Guerra. O sistema agroalimentar japonês ganhou estabilidade e autossuficiência devido à aprovação de uma lei específica para o setor agrícola, chamada de Lei Agrícola Fundamental. O objetivo dessa lei era aumentar a produtividade a fim de reduzir a disparidade econômica entre a agricultura e os demais setores da economia, buscando assim assegurar aos agricultores rendimentos mais elevados e possibilitando um nível de vida compatível aos demais setores (CARVALHO, 1999). Para atingir os objetivos dessa lei foi previsto um conjunto de medidas políticas:

expansão seletiva de produção agrícola, aumento da produtividade e incremento da produção agrícola bruta; modernização das estruturas pelo aumento da dimensão das explorações; estabilização dos preços dos produtos agrícolas e manutenção da renda agrícola; racionalização da comercialização e da transformação dos produtos e insumos agrícolas; formação dos agricultores e apoio aos membros de suas famílias em buscar empregos em outros setores; e promoção do bem-estar dos agricultores graças à melhoria das condições de vida na zona rural (CARVALHO, 1999).

Segundo esse autor, essas medidas foram aplicadas através de programas de governo que possibilitavam melhorias de infraestrutura nas propriedades, acesso a crédito e investimentos em pesquisa agrícola e formação profissional. Além disso, o governo japonês mantinha rigoroso controle sobre as importações e as exportações, valorizando a produção nacional.

Dessa forma, o Japão conseguiu se tornar autossuficiente na produção de arroz, principal alimento da dieta japonesa, e impulsionar outros setores da economia, já que subsidiando a agricultura foi possível movimentar também a indústria e o comércio.

De todo modo, os subsídios para agricultura nos países desenvolvidos proporcionam autonomia para a produção interna de alimentos e tornam a atividade rentável, haja vista a existência de garantias de preços superiores aos praticados em mercado internacional para a sua produção. Com garantias de bons rendimentos financeiros, os agricultores permanecem no campo, mas com a possibilidade de acesso às mesmas condições de vida disponíveis no meio urbano. Em outras

palavras, viver da atividade agrícola ainda é interessante nesses países porque existem os subsídios.

Assim, os subsídios podem ser uma interessante estratégia comercial para países industrializados. Todavia, em países emergentes como o Brasil, subsídios agrícolas têm sido insuficientes para atender a todas as categorias de agricultores, uma vez que os escassos recursos públicos não podem ser destinados apenas para a agricultura. Outros setores importantes também demandam atenção, como educação, saúde e moradia. Se no Brasil esses outros setores estivessem bem ordenados, seria justificável destinar maiores subsídios para a agricultura, contudo essa não é a realidade do país.

Desse modo, as formas de subsídio para a agricultura brasileira são ainda pouco expressivas, principalmente para os *agricultores familiares*, que começaram a ser reconhecidos social e politicamente a partir de 1990 (NAVARRO, 2010). O Brasil tenta impulsionar a *agricultura familiar* a partir de programas governamentais que facilitam o acesso ao crédito e à comercialização da produção. Inserido nesse contexto está o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA<sup>2</sup>, cujo objetivo é promover o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e à inclusão social e econômica no campo. Para tanto, o programa possibilita a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (BRASIL, 2003).

Os agricultores cadastrados no Programa de Aquisição de Alimentos têm possibilidade de vender seus produtos a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Esse tipo de ação possibilita aos agricultores a inserção de seus produtos no mercado sem o intermediário de atravessadores, bem como a geração de trabalho e renda.

A aquisição da produção por esse programa é, para muitos dos agricultores nele cadastrados, o principal meio de comercialização dos seus produtos. A renda proveniente dessa comercialização precisa ser significativa a ponto de aumentar as possibilidades de uma melhor qualidade de vida para os agricultores. Além disso, parte dessa renda

---

<sup>2</sup> O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído pela lei 10.696 de 02 de julho de 2003 (art. 19).



precisa ser investida na melhoria da produção agrícola para que, ao longo do tempo, eles se fortaleçam a ponto de não serem tão dependentes do programa. Somente assim programas como o PAA possibilitariam a manutenção de agricultores no campo e a produção de alimentos em quantidade, qualidade e regularidade para a crescente população urbana.

Nesse sentido, avaliar a efetividade de programas de subsídio à *agricultura familiar* no Brasil é especialmente relevante, pois, a partir dos resultados da avaliação, é possível pensar em formas de promover ações que atendam às necessidades dos agricultores, aumentando as possibilidades de eles se revelarem satisfeitos com a vida no meio rural.

### **1.1 Entre a qualidade no fazer e a satisfação com o que é feito**

Indivíduos buscam melhorias nas condições para viver para se revelarem com um bom nível de *qualidade de vida*. Nossa sociedade desde há muito tempo é movida pela diferenciação de indivíduos pelas condições de vida de que dispõem. A comparação entre aqueles que têm realidades próximas é natural e nos move para buscarmos mais e melhores condições que possibilitem um viver melhor. Nesse sentido, o aumento das possibilidades de viver com melhores condições se dá, na sociedade em que vivemos, a partir da garantia e do aumento de renda. Mas para que essa lógica da economia se sustente, esse aumento de renda precisa ser significativo, além de não exigir um excessivo esforço e desgaste físico ou psicológico dos indivíduos. A satisfação tanto depende de se dispor de melhores condições de vida, quanto depende de poder se dispor disso a partir de atividades humanamente aceitáveis.

Programas governamentais podem promover ações para melhorar as condições para o viver dos agricultores. Claro, mesmo que somente o indivíduo possa dizer quando as condições são para ele satisfatórias, é responsabilidade dos agentes de desenvolvimento saberem quais condições seriam adequadas ao coletivo em dado contexto. Supõe-se que, com a melhoria das condições para o viver coletivo, ocorrerá aumento da possibilidade de que um ou outro indivíduo se revele com uma melhor *qualidade de vida*, mais satisfeito em viver as condições existentes.

Assume-se, assim, que não apenas o aumento de renda é importante para a melhoria na qualidade de vida de agricultores. O acesso a serviços importantes para o desenvolvimento humano precisa

ser oferecido regularmente e com qualidade suficiente. Ainda que tais condições nem sempre dependam de programas específicos de desenvolvimento rural, como o Programa de Aquisição de Alimentos, essas melhorias podem ser desencadeadas a partir da inclusão social por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

A garantia de venda da produção agrícola a preços praticados no mercado, por exemplo, certamente pode ser uma forma de melhoria na qualidade das condições para viver para agricultores em geral e cadastrados no PAA. Ou seja, a finalidade de programas de desenvolvimento rural, como o PAA, é disponibilizar meios e condições para melhorar o viver de agricultores, sem poder garantir que todos se revelarão mais satisfeitos. Criar condições para que agricultores melhorem sua renda e, com isso, tenham acesso a mais e melhores recursos para viver, é apenas um meio, entre vários outros, para se promover satisfação humana.

Para que tudo isso funcione, programas como o PAA devem ser tecnicamente bem pensados e bem executados, de forma que a qualidade do que está sendo feito possa satisfazer os agricultores beneficiados. Uma vez que estão sendo investidos recursos públicos nesses programas, é necessário que se avalie também sua efetividade social – que vai além de produzir e vender.

Para avaliar a efetividade de programas são comumente utilizados métodos quantitativos que se restringem a informações técnicas sobre ações realizadas, mas mensurar o desempenho de programas a partir de informações técnicas pode não ser a melhor forma de avaliação. A avaliação de programas não pode ser feita apenas quantificando a produção, ou o número de agricultores beneficiados, e nem mesmo pela rentabilidade da atividade. Eles devem ser avaliados também a partir da satisfação dos indivíduos em viver as condições disponíveis com as mudanças desencadeadas ou decorrentes a partir de tal programa. Nesse tipo de avaliação é necessário se poder avaliar o distanciamento entre o olhar daqueles que têm por missão tornar disponível para o coletivo melhores condições para se viver e o olhar daqueles que vivem as condições tornadas disponíveis.

Pode-se assumir que programas governamentais de incentivo à *agricultura familiar* são uma forma de subsídio no Brasil. Por isso deveriam ser tão efetivos quanto os subsídios financeiros oferecidos aos *agricultores familiares* em outros países. Para que isso aconteça, as ações desencadeadas precisam tanto melhorar as condições à luz de

quem assiste o coletivo, quanto precisam promover as condições para a satisfação dos indivíduos beneficiados pelos programas.

O presente trabalho visa apresentar e mobilizar um modelo de avaliação utilizando o Indicador da Qualidade das Condições para se Viver (IQCV) e o Indicador da Qualidade de Vida (IQV), constantes em Alves et al. (2013), para mensurar a satisfação dos agricultores familiares cadastrados no Programa de Aquisição de Alimentos em viver as condições disponíveis no contexto em que estão inseridos e a qualidade das condições disponibilizadas nesse mesmo contexto.

## **1.2 Hipótese**

As condições promovidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos satisfazem o viver dos agricultores familiares cadastrados.

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo Geral**

Apresentar e mobilizar um modelo de avaliação da efetividade de ações destinadas à promoção de condições para satisfazer e a satisfação de indivíduos em viver as condições promovidas, no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos.

### **1.3.2 Objetivos Específicos**

- Identificar aspectos relevantes para a avaliação da efetividade do Programa Aquisição de Alimentos;
- Testar o modelo de avaliação proposto;
- Caracterizar um indicador da qualidade das condições promotoras de satisfação em viver no contexto estudado;
- Caracterizar um indicador da satisfação dos indivíduos em viver as condições promovidas no contexto estudado;
- Discutir a diferença entre os indicadores caracterizados;
- Apontar possíveis melhorias na condução do Programa de Aquisição de Alimentos.



## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Reconhecimento da Agricultura Familiar e sua Importância no Combate à Fome no Brasil**

Na década de 50 se iniciou no Brasil o processo de modernização da agricultura, possibilitada e induzida pela industrialização do país. O Estado atuou nesse processo por meio da criação de infraestruturas estatais. Fundamentalmente como agente financeiro, promovendo a transformação da estrutura industrial; como articulador de capitais privados nacionais e internacionais e como formulador e executor de políticas macroeconômicas e setoriais, privilegiando a constituição de uma economia industrial (DELGADO, 2010). Com isso se esperava que a preocupação com a disponibilidade de alimentos diminuísse, já que a produção passou a crescer em ritmo superior ao aumento da população (BELIK, SILVA e TAKAGI, 2001). Contudo, segundo Grisa e Schneider (2014), as ações do governo para incentivar a agricultura (crédito rural, assistência técnica e extensão rural, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, entre outros) beneficiavam principalmente os médios e os grandes agricultores, produtores de café, soja, trigo, cana-de-açúcar, laranja e algodão, produtos que eram direcionados à exportação ou à industrialização, comprometendo a segurança alimentar da população do país.

A política de crédito rural subsidiado foi o principal fator impulsionador desse processo de modernização da produção. Porém a atividade agrícola começou a ser voltada principalmente para setores dominantes da indústria e do capital financeiro. Isso fez com que grandes empresas ocupassem fronteiras agrícolas, se beneficiando de políticas públicas de incentivo a essa expansão (WANDERLEY, 2014).

Esse processo trouxe muitas implicações nas relações sociais da produção. Segundo Wanderley (2014), os trabalhadores rurais, denominados camponeses, começaram a ser dispensados das grandes propriedades devido à intensa mecanização do trabalho. Esses trabalhadores, que anteriormente viviam nas grandes propriedades e produziam alimentos para subsistência, passaram a viver nos centros urbanos, perdendo pressupostos mínimos da condição camponesa.

Nesse período começou, então, por iniciativa de organizações camponesas, a demanda por uma reforma agrária para uma efetiva

distribuição de terras no país (WANDERLEY, 2014). A reforma agrária passou a ser apresentada como importante política de apoio à oferta de alimentos. Contudo, a ênfase da política do período foi dada na área do abastecimento (BELIK, SILVA e TAKAGI, 2001). Os movimentos sociais tiveram bastante influência nos debates sobre a questão agrária no Brasil. As unidades familiares de produção começaram a ser reconhecidas com capacidade de transformar seus processos de produção, possibilitando maior oferta de produtos e maior rentabilidade dos recursos produtivos aplicados (WANDERLEY, 2014).

A partir da década de 60 o Estado passou a gerir o sistema de abastecimento de alimentos e não apenas normatizar e fiscalizar, como fazia antes. Isso porque a estratégia da modernização começou a apresentar sintomas de crise em razão da dificuldade de abastecimento de alimentos, principalmente de produtos primários (GRISA e SCHNEIDER, 2014).

O processo de industrialização do país afetou também o consumo e o modo de viver da população. Com mais pessoas nos centros urbanos e a entrada da mulher no mercado de trabalho, os hábitos alimentares também mudaram. Os produtos agrícolas que antes eram consumidos *in natura* passaram também a ser matéria prima da indústria de alimentos, que começavam a produzir alimentos prontos ou semiprontos para o consumo.

Sendo as intervenções no abastecimento de alimentos insuficientes para promover a segurança alimentar e nutricional de toda a população, começam a surgir nos anos 90 as políticas de assistência direta à população carente. Contudo, as políticas de abastecimento e combate à insegurança alimentar e nutricional foram muito pequenas se comparadas com as de incentivo à produção agrícola.

Nos anos 90 os subsídios para a agricultura foram reduzidos, mas ainda assim os grandes produtores rurais, especialmente dos segmentos voltados à exportação, continuaram a apresentar um volume crescente de produção. As limitações de subsídios para a agricultura afetavam principalmente os *pequenos produtores* (BELIK, SILVA e TAKAGI, 2001; GRISA e SCHNEIDER, 2014).

Por força das organizações civis, foi nesse período que a *agricultura familiar* passou a ser reconhecida pelo Estado como uma categoria social e política (GRISA e SCHNEIDER, 2014) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF foi estabelecido (WANDERLEY, 2014). Ainda vigente, esse programa

apoiar técnica e financeiramente aos agricultores familiares que atendam os requisitos da Lei 11.326 de julho de 2006.

Depois da instituição do PRONAF, outras medidas orientadas para fortalecer a produção dos agricultores familiares começaram a ser criadas, como o Seguro da Agricultura Familiar, Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar e a retomada da Assistência Técnica e Extensão Rural pública - que havia sido extinta em 1990 com o fim da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - Embrater (GRISA e SCHNEIDER, 2014).

Ações para o fortalecimento da *agricultura familiar* também estavam incluídas no escopo de políticas voltadas para a seguridade social. No período de 1995 a 2002, o Programa Comunidade Solidária, que além do fortalecimento da agricultura familiar atuava em mais cinco áreas (redução de mortalidade na infância, alimentação, apoio ao ensino fundamental e pré-escolar, habitação e saneamento, geração de ocupação e renda e qualificação profissional), atendia principalmente os municípios com maior concentração de pobreza, integrando essas seis áreas de atuação (GRISA e SCHNEIDER, 2014).

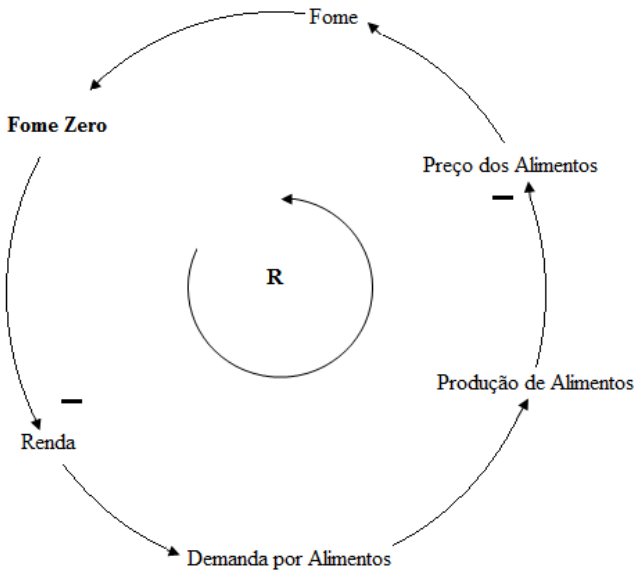
Em 2003, o Programa Fome Zero foi instituído e sua proposta era a criação de políticas públicas que pudessem diminuir o desemprego e aumentar a renda das famílias para que aumentasse também a demanda de alimentos. No contexto do programa, o incentivo à agricultura familiar foi uma das políticas estruturais pensadas para combater a fome no país, estimulando a produção de alimentos pelos *agricultores familiares* mais pobres, tanto para autoconsumo quanto para a comercialização e geração de renda (SILVA, GROSSI e FRANÇA, 2010). Com esse programa se esperava mudar o modelo de desenvolvimento econômico do País a partir da diminuição da desigualdade social. Na Figura 1 é possível visualizar como as políticas públicas pensadas para essa finalidade poderiam desencadear mudanças na dinâmica econômica do País. A ideia era de que com a formulação dessas políticas fosse possível aumentar a renda da população, o que iria também aumentar a demanda por alimentos. Com o aumento da demanda, a produção de alimentos iria aumentar, fortalecendo principalmente a agricultura familiar e os preços dos produtos diminuiriam. Em decorrência da diminuição dos preços, mais pessoas poderiam ter acesso a alimentos em quantidade, qualidade e regularidade, diminuindo o problema da fome no País. Com essa

dinâmica funcionando, a necessidade de formulação de novas políticas para erradicação da fome se tornariam menos necessárias.

Em 2010, as ações do Programa Fome Zero foram potencializadas com o Plano Brasil sem Miséria, que foi organizado em três eixos, sendo um deles voltado para a inclusão produtiva, com o intuito de aumentar as capacidades e oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias do campo e das cidades (BRASIL, 2014).

Mesmo com o enfoque social, as ações do Estado para a *agricultura familiar* nos últimos anos têm sido responsáveis, segundo Grisa e Schneider (2014), pela redução da pobreza e da desigualdade no meio rural, e essa mudança de foco representa, para Wanderley (2014), um salto qualitativo em relação às políticas anteriores.

**Figura 1-** Diagrama Causal do modelo econômico implantado para o combate a fome no Brasil após o ano de 2003.



O Programa *Fome Zero* promove *aumento de renda* para a população mais fragilizada aumentando a demanda por alimentos, já que essas famílias passam a ter recursos para adquirir alimentos. Com o aumento da demanda a *produção de alimentos* aumenta e o *preço dos alimentos* diminui. Com a diminuição dos preços mais pessoas têm a possibilidade de adquirir alimentos e o problema da *fome* diminui, diminuindo a necessidade de programas como o *Fome Zero*.



## 2.2 Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

No contexto das políticas públicas voltadas para a seguridade social da população, surgiu o *Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA*, instituído pela Lei 10.696, de 02 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto 7.775, de 04 de julho de 2012. Esse programa tem como finalidades promover o acesso adequado à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e incentivar o consumo de alimentos regionais produzidos pela agricultura familiar, promovendo a inclusão econômica e social desses agricultores, estimulando o associativismo e cooperativismo e incentivando a participação das mulheres na dinâmica produtiva (BRASIL, 2012).

Para que isso aconteça, as instituições que operacionalizam o PAA compram os alimentos produzidos pelos agricultores familiares cadastrados no programa e os distribuem às unidades receptoras, também previamente cadastradas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2015).

O público beneficiário do programa é dividido em duas categorias: a de fornecedores e a de consumidores<sup>3</sup> de alimentos. Os fornecedores podem ser agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aqüicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Já os consumidores são famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e instituições que atendam a esse público (BRASIL, 2012).

Para participar do programa como fornecedores, os agricultores devem possuir Declaração de Aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Podem também se cadastrar no PAA cooperativas e associações de agricultores familiares

---

<sup>3</sup> Nesse estudo o público consumidor do PAA não será profundamente discutido.

que se enquadrem na lei supracitada (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2015). Vale lembrar que a referida lei estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e seu artigo terceiro caracteriza a categoria de agricultores que pode ser definida como familiar. Para os efeitos do PAA, a caracterização dos agricultores deve ser feita segundo essa legislação.

As unidades executoras do PAA são órgãos ou entidades da administração pública estadual ou municipal e a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. As unidades gestoras do programa são o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA.

No âmbito do programa, as aquisições de alimentos podem ser feitas com dispensa de licitação, o que facilita a participação dos agricultores familiares, principalmente aqueles menos consolidados. Para que sejam dispensados do processo licitatório, os fornecedores devem atender aos requisitos de participação no programa e possuir produção própria. Além disso, os produtos devem estar dentro dos padrões de identidade e qualidade exigidos pela legislação, principalmente os alimentos processados (BRASIL, 2012).

Os preços praticados nas aquisições feitas por meio do PAA devem ser compatíveis com os mercados regionais e definidos segundo metodologia instituída pelo Grupo Gestor do programa. No Tocantins, são realizados orçamentos nos mercados locais e regionais em diferentes épocas do ano para a tomada de preços dos produtos que compõem a lista das aquisições do programa. Uma média desses valores é feita para se chegar ao preço que será pago por cada produto nas aquisições. No caso de produtos agroecológicos ou orgânicos, admitem-se preços de referência com um acréscimo de até 30% sobre os demais, desde que devidamente certificados por entidades certificadoras (BRASIL, 2011).

O PAA está estruturado em seis modalidades para atender a suas finalidades: compra com doação simultânea, compra direta, incentivo à produção e ao consumo de leite, apoio à formação de estoques, compra institucional e aquisição de sementes. Cada uma delas tem um valor máximo anual de pagamento que pode ser feito aos beneficiários fornecedores (BRASIL, 2012).

Na modalidade Compra com Doação Simultânea ocorre a compra de alimentos diversos da agricultura familiar e a doação desses produtos às entidades da rede socioassistencial cadastradas. O limite anual de

venda por unidade familiar dessa modalidade é de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) e de 2 milhões de reais por organização fornecedora, respeitando o limite individual, ou seja, o agricultor familiar pode optar por vender individualmente ou através de associação e cooperativa da qual participa (BRASIL, 2012).

Na Compra Direta são adquiridos produtos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos quando os preços de mercado estão baixos, ou quando há necessidade de atender à demanda da rede socioassistencial. Isso para sustentar os preços e valorizar a produção da agricultura familiar. Nessa modalidade, o valor anual máximo por unidade familiar é de 8 mil reais e de 500 mil reais por organização fornecedora (BRASIL, 2012).

O Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite promove a compra de leite, sendo que 50% dessas aquisições devem ser obrigatoriamente oriundas da agricultura familiar. Esse programa promove também o beneficiamento do leite e posteriormente a doação para beneficiários consumidores que possuem o CadÚnico e se enquadrem no perfil de renda do Programa Bolsa Família. O valor semestral de aquisições por unidade familiar dessa modalidade é de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) (BRASIL, 2012; PORTAL BRASIL, 2015a).

O Apoio à Formação de Estoques possibilita às organizações da agricultura familiar obter recursos para a aquisição de produtos da safra vigente, próprios para o consumo humano. Com o objetivo de formar estoques, tanto do produto *in natura* como do produto processado, essa modalidade do programa cria condições para comercialização dos produtos em momentos que o mercado apresenta melhores condições para isso. Após a comercialização os recursos são devolvidos ao poder público ou, caso os produtos não sejam comercializados, são destinados para doação (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2015). Cada organização fornecedora pode acessar anualmente o valor máximo de um milhão e quinhentos mil reais, respeitando o limite anual por agricultor, que é de oito mil reais (BRASIL, 2012).

A Compra Institucional permite que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios comprem com recursos próprios, por meio de chamada pública e com dispensa de licitação, alimentos, sementes e outros materiais propagativos provenientes da agricultura familiar com a finalidade de atender às demandas de consumo de alimentos para abastecimento de hospitais, quartéis, presídios,

restaurantes universitários, creches e escolas, entre outros (BRASIL, 2012). Nessa modalidade os limites anuais por unidade familiar e por organização fornecedora são maiores: vinte mil reais para o primeiro e seis milhões de reais para o segundo, por ano e por órgão comprador.

A Aquisição de Sementes é operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab e visa à compra de sementes e mudas propagativas para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para a doação a beneficiários consumidores ou fornecedores (BRASIL, 2012). As sementes adquiridas nessa modalidade são doadas às famílias que têm Declaração de Aptidão ao Pronaf -DAP e têm prioridade aquelas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, e beneficiários do Plano Brasil sem Miséria e da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PORTAL BRASIL, 2015b). O valor máximo anual que pode ser pago nessa modalidade é de 16 mil reais por unidade familiar e de 6 milhões de reais por organização fornecedora, sendo que aquisições acima de quinhentos mil reais devem ser realizadas por meio de chamada pública.

Os agricultores cadastrados podem vender seus produtos em todas as modalidades do programa. Contudo, em cada modalidade só poderão vender para uma das unidades executoras – estados, municípios e Conab. Se somados, os valores por unidade familiar poderão chegar a sessenta e seis mil e quinhentos reais por ano – possibilidade bastante otimista para a realidade operacional do programa.

Para aderir ao programa como entidades executoras, as instituições da administração pública estadual, distrital ou municipal devem assinar um termo de adesão. Após a adesão com as instituições executoras, a unidade gestora propõe os valores financeiros disponibilizados pela União para pagamento aos beneficiários fornecedores e as metas de execução, com prazos estabelecidos entre as partes.

As organizações executoras devem apresentar aos gestores do programa uma proposta de participação na qual deverá constar a relação dos beneficiários fornecedores, das unidades receptoras, do quantitativo de alimentos e dos preços dos produtos a serem adquiridos. Além disso, cabe a elas zelar pela qualidade dos produtos adquiridos, pela procedência desses produtos, pela guarda e acompanhamento dos produtos até o momento da doação (BRASIL, 2012).

O Programa de Aquisição de Alimentos, se bem gerido e bem executado, pode promover melhores condições para viver, tanto em relação aos consumidores como aos fornecedores. A proposta é impulsionar agricultores familiares de forma que eles possam se inserir no mercado e depois de certo tempo se tornem independentes desse apoio governamental.

Os *agricultores familiares* economicamente mais fragilizados têm dificuldades para comercializar seus produtos, muitas vezes dependendo de atravessadores, e isso compromete a competitividade dessa categoria de agricultores. A comercialização da produção através do Programa de Aquisição de Alimentos é, portanto, uma importante *ferramenta* para o agricultor familiar se inserir na economia local e se consolidar no mercado. A consolidação desses agricultores no mercado pode desencadear mudanças no modo e na qualidade de vida deles, uma vez que a melhoria de renda possibilita ou aumenta o número de possibilidades de pessoas levarem o tipo de vida que elas valorizam.

### **2.3 Qualidade das Condições para Viver e Qualidade de Vida**

O desenvolvimento econômico é o processo de acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e das condições de vida da sociedade orientada pelo mercado (BRESSER-PEREIRA, 2008). Porém, um modelo de desenvolvimento baseado apenas no progresso econômico é incompleto. Como apontam Porter, Stern e Green (2015), crescimento econômico sozinho não é suficiente. Uma sociedade que deixa de atender às necessidades humanas básicas, que não fornece os meios para a população melhorar a qualidade de vida, para proteger os recursos naturais e não dá oportunidades a muitos de seus cidadãos, não está se *saindo bem*.

O desenvolvimento deve estar relacionado, sobretudo, com a melhora na vida que levamos a partir das mudanças decorrentes das melhorias econômicas. Assim, é importante reconhecer o papel da melhoria de renda na determinação das condições para viver e consequentemente na qualidade de vida.

Qualidade de vida é noção inerente ao estado do indivíduo, podendo ser alterada com o exercício de viver, de acordo com suas experiências (NOBRE, 1995). O conceito de *qualidade de vida* é

subjetivo e, para a Organização Mundial de Saúde, a expressão pode ser entendida como a percepção de indivíduos sobre sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais vivem e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (The WHOQOL Group, 1995). De todo modo, humanos buscam sempre melhorar sua *qualidade de vida*, e a melhoria de renda é um aspecto relevante para que isso aconteça, já que nos permite acessar mais e melhores condições que possibilitem um viver melhor. A renda de uma família contribui para determinar as oportunidades que terão (MASSAM, 2012).

As *condições disponíveis para viver* estão relacionadas às necessidades humanas básicas (alimentação, saúde, educação, moradia, segurança, transporte), aos aspectos relacionados às formas de trabalho, emprego e produtividade e tudo mais que possa tornar melhor ou facilitar o viver.

A privação dessas condições, segundo Sen (2010), pode estar fortemente relacionada a um baixo nível de renda, sendo essa uma relação de mão dupla. Isso porque “um baixo nível de renda pode ser uma razão fundamental de analfabetismo e más condições de saúde, além de fome e desnutrição; e, inversamente, melhor educação e saúde ajudam a auferir rendas mais elevadas” (SEN, 2010). Nesse sentido, a melhoria na renda da população, principalmente daqueles indivíduos mais fragilizados, tem papel importante na determinação da sua qualidade de vida.

Na sociedade em que vivemos, um número muito grande de indivíduos não dispõe daquilo que moral e socialmente se deveria garantir que todos dispusessem. Por isso é necessário estabelecer mecanismos que permitam aos cidadãos melhorarem e manterem sua qualidade de vida, criando condições para que todos atinjam seu pleno potencial. Melhorar o potencial das pessoas para cuidarem de si mesmas e para influenciarem o mundo são questões fundamentais para um processo de desenvolvimento (SEN, 2010). Programas governamentais como o PAA tornam-se, então, relevantes possibilidades para que isso aconteça, pois podem ampliar oportunidades e proporcionar melhores condições de vida para os indivíduos mais fragilizados.

De fato, o Programa de Aquisição de Alimentos, inserido no contexto de políticas públicas para erradicação da pobreza, viabiliza meios para os agricultores garantirem a venda de sua produção e melhorarem sua renda. Ainda que a renda não seja o fator exclusivo para determinar qualidade de vida, é fator importante para desencadear

mudanças nas condições de vida dos agricultores familiares mais fragilizados.

Assim, não se pode inferir o quanto a vida de agricultores familiares que participam do Programa Aquisição de Alimentos vai melhorar, mas é possível inferir qual seria uma condição que coletivamente considera-se adequada no contexto em que estão inseridos.

Segundo Alves et al. (2013), para os objetivos de um programa de melhoria das condições sociais, mais importante do que reconhecer que as condições capazes de satisfazer variam de indivíduo para indivíduo, é promover as condições tidas como importantes à satisfação humana na percepção coletiva para determinados contextos. Por sua vez, ainda que a qualidade de vida reconhecida seja uma manifestação sempre impregnada de subjetividade, que só cabe a quem vive dizer o quão satisfeito está com as condições disponíveis, coletivamente é possível perceber quando semelhantes dispõem de muito ou pouco para viver em determinado contexto e promover então ações que possam melhorar sua qualidade de vida, quando necessário.

## **2.4 A Disponibilidade de meios e a satisfação dela decorrente**

Programas governamentais de desenvolvimento rural têm como objetivo melhorar as condições para viver da população rural, de modo que esses possam se revelar com uma melhor *qualidade de vida*. Esses programas, conforme já mencionado, precisam ser tecnicamente bem pensados e bem executados para que seus objetivos sejam alcançados.

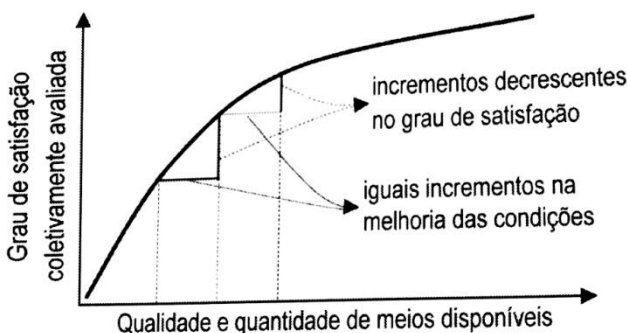
A avaliação desses programas assume, assim, especial relevância, pois pode subsidiar intervenções, reformulações e ajustes, bem como a decisão de manter ou interromper suas ações. Além disso, é importante verificar se os resultados alcançados com a implementação das melhorias nas condições para viver satisfazem o viver dos agricultores, ou seja, se melhoram sua *qualidade de vida*.

A satisfação em viver está relacionada com o querer e o precisar de determinadas condições e não apenas em tê-las disponíveis. Segundo D'Agostini e Fantini (2008) e Alves et al. (2013), a relação entre nível de disponibilidade e nível de satisfação em dispor não é uma relação linear, conforme ilustra a Figura 2.

O incremento no grau de satisfação reduz à medida que cresce o nível de disponibilidade de meios (ALVES et al., 2013). Para um

agricultor que possui renda muito baixa, a possibilidade de melhorar seus rendimentos e ter garantia de venda da sua produção consolidando-o no mercado traz satisfação. Cada vez que esse agricultor tiver melhoria na sua renda, seu grau de satisfação em relação a esse aspecto aumentará, mas o incremento do grau de satisfação será menor do que o anterior. Entre aqueles que já têm as melhores condições para viver, o aumento de renda também trará satisfação adicional, contudo o incremento de satisfação será menor se o compararmos com aquele de indivíduo que tem pouco para viver e recebe melhorias nas condições. Nesse sentido, o aumento de satisfação não está associado apenas ao fato de ter algo disponível, pois depende também do quanto o indivíduo já tem, do quanto precisa e do quanto quer alguma coisa.

**Figura 2-** A satisfação decorrente de se dispor de meios cresce em taxa decrescente com o crescimento da disponibilidade.



Fonte: ALVES et al. (2013).

Na sociedade em que vivemos, o aumento de renda possibilita melhorias no acesso aos meios necessários e úteis para proporcionar um viver melhor para os indivíduos. É desejável, então, que em cada dado contexto se pense na promoção de melhorias estruturais que possam influenciar a satisfação em viver. É por isso que faz sentido perceber o Programa de Aquisição de Alimentos e tratá-lo como mecanismo de promoção de melhorias para os agricultores familiares.

Pressupõe-se que a partir da garantia de venda de seus produtos, os agricultores familiares terão sua condição econômica alterada, podendo existir um aumento de renda. Como já foi apontado, isso pode ser considerado como melhoria em um aspecto determinante para a promoção de condições necessárias para viver. Consequentemente as



possibilidades desses agricultores se revelarem mais satisfeitos em viver no meio rural serão maiores.

Contudo, mesmo que seja possível supor que a melhoria na renda seria uma condição adequada para desencadear mudanças no contexto em que estão inseridos agricultores familiares que participam do Programa de Aquisição de Alimentos, não se pode inferir o quanto a vida deles vai melhorar a partir dessas mudanças. Somente os agricultores poderão informar quão satisfeitos se sentem em viver essas condições, o que se pode associar a melhorias na *qualidade de vida*. Por outro lado, coletivamente é possível perceber se a *qualidade das condições para viver* é minimamente aceitável para que humanos possam se declarar vivendo bem.



### 3 MATERIAL E MÉTODO

A avaliação do Programa de Aquisição de Alimento nos limites desse estudo está especialmente fundada em método mais detalhadamente descrito em Alves et al. (2013). Trata-se de instrumento de avaliação que fundamenta e possibilita a caracterização e a distinção da *qualidade das condições para viver* e da *qualidade de vida*.

O local da pesquisa é o município de Palmas, capital do estado do Tocantins, criado em 20 de maio de 1989 e instalado em 1º de janeiro de 1990. No município, aproximadamente 79% dos estabelecimentos agropecuários são classificados como familiares e utilizam 31,5% das áreas destinadas para a agricultura (IBGE, 2006). Situação muito conforme com o cenário brasileiro para a agricultura familiar, no qual esse segmento de agricultores, embora numericamente prevaiente, ocupa uma área imensamente menor se comparada àquela ocupada pelos agricultores tidos como *não familiares*. A área do município é de 2.219 km<sup>2</sup>, e a população é 228.332 habitantes, dos quais somente 2,9% residem na zona rural (IBGE, 2010).

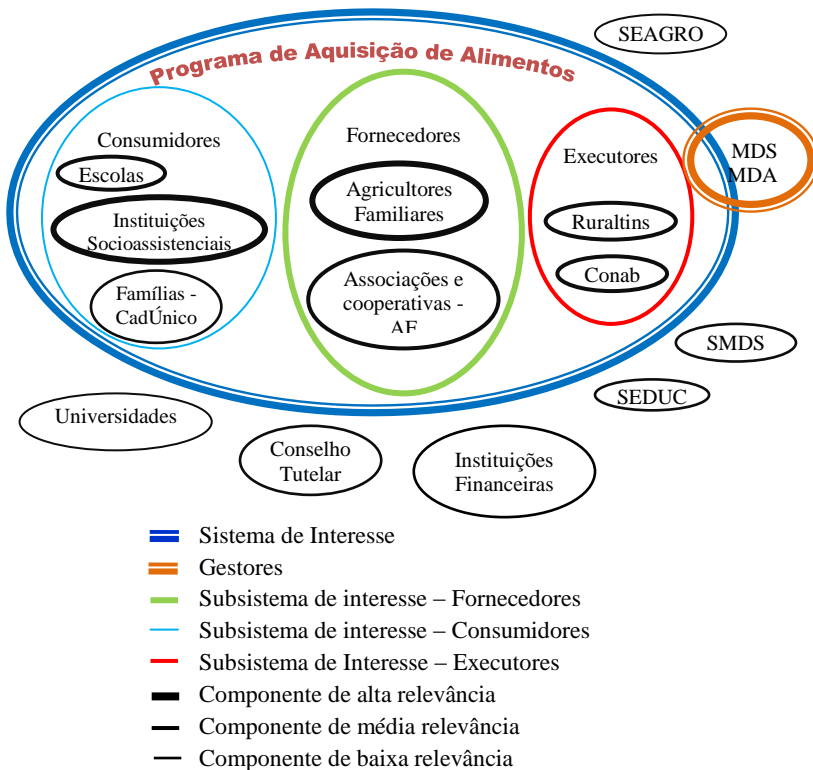
O Programa Aquisição de Alimentos em Palmas é executado pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – RURALTINS desde 2009 e possui 61 agricultores familiares cadastrados. A Companhia Nacional de Abastecimento também executa o programa no município atendendo as associações e cooperativas de agricultores familiares.

Ainda que em um estudo restrito ao Município de Palmas – TO, optou-se pela elaboração de um modelo de avaliação que pudesse ser aplicado em qualquer outro município onde o Programa de Aquisição de Alimentos é executado. Isso porque uma investigação levando em conta todos os agricultores familiares do Brasil cadastrados no Programa de Aquisição de Alimentos, embora fosse ideal, não seria viável num estudo de natureza essencialmente acadêmica, como é a elaboração de uma dissertação. Por outro lado, realizar a pesquisa em um ou outro município, seria uma amostra muito pequena do universo de *agricultores familiares* participantes do PAA e os resultados não poderiam ser considerados significativos para o contexto geral do programa. Até onde se pode identificar, o modelo proposto e descrito em Alves et al. (2013) é uma ferramenta relevante para a obtenção de informações sobre as demandas dos agricultores familiares cadastrados e para orientar as ações na execução do programa em municípios com

contextos muito distintos, de modo que sejam possíveis avaliações locais de um programa que se processa em âmbito nacional.

Considerando a dimensão continental e a variedade de contextos sociais em que ocorre o programa, foi necessária uma investigação exploratória com o intuito de conhecer o contexto de estudo e estabelecer os aspectos considerados na avaliação. Isso porque, segundo Morin (2000), para que as informações e os dados adquiram sentido, é preciso situá-los em um contexto. Nessa investigação foi possível identificar e delimitar categorias de atores sociais envolvidos com o programa, e um mapa de sistema foi elaborado para ilustrar o *sistema de interesse*, conforme pode ser visto na Figura 3. No mapa de sistema é possível perceber que o Programa de Aquisição de Alimentos engendra relações entre os diversos grupos de interessados, afetando-os diretamente ou sendo influenciado no seu desenvolvimento.

**Figura 3-** Sistema de interesse do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Palmas-TO.



A obtenção de dados para a avaliação da *qualidade das condições para viver* promovidas ou decorrentes do Programa de Aquisição de Alimentos foi feita com os integrantes do subsistema de interesse denominado “executores”. Já para a avaliação da *qualidade de vida*, dados ou informações são obtidos junto a integrantes do subsistema denominado “fornecedores”. Nessa avaliação não constarão dados referentes ao subsistema denominado “consumidores”. Uma avaliação da qualidade das condições para viver e da qualidade de vida levando em conta esse público demanda a identificação de aspectos relevantes para o contexto desse subsistema. Além disso, é difícil a delimitação de amostra devidamente tipificada desse público. Os beneficiários consumidores são atendidos de forma indireta, já que as instituições recebem os alimentos adquiridos pelo PAA e os utilizam principalmente nas refeições oferecidas aos usuários do sistema educacional e socioassistencial. Os principais beneficiados dessas doações podem não saber a procedência dos alimentos que estão consumindo.

Cabe ressaltar que, para mobilização da referida ferramenta de avaliação no município de Palmas – TO, cumpriu-se a necessária aprovação do projeto de pesquisa e do roteiro de entrevistas pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina.

Para a elaboração do modelo de avaliação e sua mobilização, o trabalho foi estruturado em três etapas: identificação dos aspectos e elaboração do roteiro de entrevistas, observação e análise dos dados, as quais serão discutidas a seguir.

### **3.1 Identificação dos aspectos e elaboração do roteiro de entrevistas**

Segundo D’Agostini e Fantini (2008), um método para a obtenção de indicador da qualidade de vida deve ser genérico, de modo a ser sempre apropriado para quaisquer aspectos considerados adequados num determinado contexto. Assim, é necessário que, para cada contexto de estudo, sejam estabelecidos os aspectos relevantes para a avaliação.

Também para Alves et al. (2013), a identificação dos aspectos não exige procedimentos pré-definidos, mas é importante que para identificá-los sejam envolvidas diferentes categorias sociais com interesse na avaliação. Esses autores consideram ainda que a avaliação da qualidade de algo seja feita a partir do estado de pelo menos cinco

aspectos e de no máximo nove aspectos. Desde Miller (1955) aceita-se bem que menos do que cinco aspectos dificultariam uma avaliação detalhada, e mais de nove aspectos diluiriam a significância dos aspectos considerados relevantes para determinar a qualidade do objeto de interesse.

Sendo assim, para a identificação dos aspectos considerados nesse modelo de avaliação, foram realizadas, em agosto e outubro de 2015, durante os estudos exploratórios, entrevistas com técnicos e gestores do Programa de Aquisição de Alimentos do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – Ruraltins e com agricultores familiares cadastrados no programa no município de Palmas – TO.

Nessas entrevistas, os técnicos, gestores e agricultores familiares foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e o método utilizado e, em seguida, foram indagados sobre os aspectos que consideravam relevantes para compor uma avaliação sobre as condições promovidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (*qualidade das condições para viver*) e sobre a satisfação em viver essas condições (*qualidade de vida*).

Os aspectos foram selecionados de acordo com a recorrência no apontamento das questões relevantes para o contexto durante essas entrevistas exploratórias e separados de acordo com sua natureza. Os aspectos relevantes para a avaliação estão descritos no Quadro 1.

Para orientar a etapa de observação, quando são atribuídas notas ao estado dos aspectos considerados, foi elaborado um roteiro de entrevistas. Nesse roteiro constam os aspectos considerados relevantes para a avaliação, que foram apresentados aos profissionais ligados à execução do PAA, e perguntas referentes à satisfação em viver o estado desses aspectos, as quais foram apresentadas individualmente aos agricultores familiares cadastrados no programa (Quadro 2).

**Quadro 1-** Aspectos relevantes para a avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos.

Natureza do Aspecto	Aspecto
<b>Técnica/Econômica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produtividade</li> <li>- Renda</li> <li>- Estrutura física da propriedade (área, equipamentos, máquinas)</li> <li>- Assistência técnica</li> <li>- Regularidade da produção</li> <li>- Disponibilidade de solo e água</li> </ul>
<b>Institucional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa Aquisição de Alimentos – PAA</li> <li>- Valor Pago</li> <li>- Conhecimento do PAA</li> <li>- Acesso ao PAA</li> <li>- Qualidade no Atendimento</li> <li>- Estrutura</li> </ul>
<b>Socioambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Moradia</li> <li>- Acesso à educação</li> <li>- Acesso aos serviços de saúde</li> <li>- Segurança alimentar e nutricional</li> <li>- Autonomia e valorização da mulher</li> <li>- Acesso aos meios de comunicação</li> <li>- Penosidade no trabalho</li> </ul>

## Quadro 2- Roteiro de entrevistas

NATUREZA DO ASPECTO: 1. TÉCNICA/ECONÔMICA	
Aspecto	Indagação
1.1. Produtividade	A produção agrícola da propriedade é suficiente para atender às necessidades da família e uma comercialização em escala significativa?
1.2 Renda	A renda proveniente da comercialização é significativa? Quanto essa renda é significativa para a família?
1.3 Assistência técnica	Existe assistência técnica na propriedade e ela é satisfatória?
1.4 Regularidade da produção	A produção agrícola na propriedade é regular de forma que se tenham produtos para atender a família e para a comercialização durante o ano todo?
1.5 Disponibilidade de água e solo	A disponibilidade de água e terra é adequada para atender a produção agrícola e as atividades domésticas?
1.6 Estrutura física da propriedade	A estrutura física da propriedade (área, equipamentos para facilitar a produção, sistema de irrigação, maquinário, etc.) é adequada para as atividades que o senhor desenvolve?
NATUREZA DO ASPECTO: 2. INSTITUCIONAL	
2.1 Programa Aquisição de Alimentos	O(a) senhor(a) acha que o Programa Aquisição de Alimentos é bom para a agricultura familiar?
2.2 Valor pago	O(a) senhor(a) acha que o valor pago pelos produtos e o limite anual pago através do PAA são satisfatórios?
2.3 Conhecimento do PAA	O(a) senhor(a) sabe como funciona o Programa Aquisição de Alimentos? Conhece todas as modalidades do programa?
2.4 Acesso ao PAA	O(a) senhor(a) teve alguma dificuldade para acessar o programa? Acha que as formas de acesso ao programa são adequadas?
2.5 Qualidade no Atendimento	A qualidade no atendimento por parte dos técnicos é satisfatória?
2.6 Estrutura	A estrutura física e de recursos humanos (transporte, armazenamento, as pessoas responsáveis pelo programa, espaço para receber os agricultores) das instituições envolvidas na execução do PAA são adequadas?
NATUREZA DO ASPECTO: 3. SOCIOAMBIENTAL	
3.1 Moradia	O(a) senhor(a) se sente confortável na casa em que vive? Acha que sua casa proporciona conforto ao senhor e à sua família?
3.2 Acesso à educação	O que o/a senhor(a) acha sobre o acesso à educação para a sua família? Não apenas a educação básica, mas de cursos técnicos, profissionalizantes, ensino superior? Existem escolas na comunidade que possam atender sua família? O(a) senhor(a) consegue ser atendido de forma satisfatória?
3.3 Acesso aos serviços de saúde	E se precisar ir ao médico para consultas preventivas e de urgência, fazer exames, ir ao dentista, etc... O(a) senhor(a) consegue ser atendido de forma satisfatória?
3.4 Segurança alimentar e nutricional	Sobre a alimentação da sua família: o/a senhor(a) está satisfeito com a qualidade e a quantidade de comida para o senhor e sua família? Tem todos os dias com a quantidade e qualidade que o senhor gostaria?
3.5 Autonomia e valorização da mulher	Quem decide o que vai ser produzido na propriedade de vocês, o que vai ser para o Programa, o que vai ser para consumo de casa, como vai ser gasto o dinheiro?
3.6 Acesso aos meios de comunicação	A família tem acesso a telefone, televisão, rádio, internet em casa? Os serviços são prestados com qualidade?
3.7 Penosidade do trabalho	O(a) senhor(a) considera que os trabalhos realizados na propriedade são muito difíceis, desgastantes, causam muita preocupação ou não?

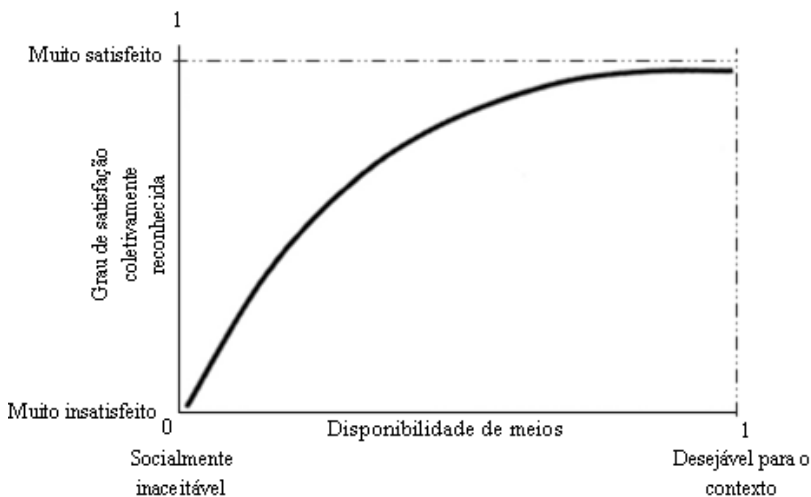


### 3.2 Da observação

Essa etapa compreende o conjunto de operações através das quais será possível obter as informações sobre o estado dos aspectos avaliados. Nela, foram coletados os dados pertinentes para a avaliação, a partir de entrevistas com os diferentes atores sociais que compõem o *sistema de interesse*.

Para cada aspecto considerado relevante para a avaliação, é possível determinar a melhor e a pior condição de disponibilidade de meios e os correspondentes mais alto e mais baixo nível de satisfação, associando-os, respectivamente, às notas 1 (um) e 0 (zero) (Figura 4).

**Figura 4-** Relação entre os melhores e piores níveis de disponibilidade de meios e o mais baixo e mais alto grau de satisfação de quem dispõe.



Fonte: Adaptado de ALVES et al. (2013).

Quando as condições dos aspectos avaliados forem socialmente inaceitáveis para esse contexto, associa-se a eles nota zero. Quando as características dos aspectos são aquelas desejáveis diante das possibilidades existentes para o contexto, associa-se a eles nota máxima, unitária (ALVES et al. 2013). Cabe aos indivíduos que compõem o subsistema denominado “executores” manifestarem-se de modo ao entrevistador poder inferir qual é a *qualidade das condições disponíveis*,

segundo o que aqueles “executores” avaliam, considerando o contexto estudado.

Da mesma forma, cabe aos *agricultores familiares* se manifestarem de modo a se poder inferir o nível de *satisfação em viver* as condições promovidas pelo PAA. Sempre considerando que quanto menor a disponibilidade de meios, maior a probabilidade de eles se revelarem insatisfeitos, e quanto maior a disponibilidade de meios, maior a probabilidade de se promover satisfação entre eles, o que, mais objetivamente, corresponderia às notas 0 e 1, respectivamente.

É a partir de entrevistas que o investigador irá atribuir notas ao estado dos aspectos avaliados. As entrevistas caracterizam-se, segundo Quivy (1998), pelo contato direto entre o investigador e seus interlocutores. Esse instrumento de pesquisa permite que os entrevistados expressem suas percepções, suas interpretações e suas experiências acerca de uma situação. O investigador, por sua vez, facilita a expressão de seu interlocutor e deve evitar que o mesmo se afaste dos objetivos da pesquisa.

O entrevistador irá fazer a pergunta ao seu interlocutor e, a partir da sua manifestação subjetiva, irá arbitrar uma grandeza objetiva referente ao estado do aspecto avaliado. Uma interpretação adequada da situação exige do entrevistador especial atenção, pois a confiabilidade desse processo depende da qualidade da comunicação. De acordo com Alves et al. (2013), comunicação é coordenação de significados de sinais em construções de linguagem que informa e coordena significados de informações na produção de mensagem. Isso porque a simples manifestação de um *muito ruim* pode ter significados distintos entre um e outro entrevistado. A entonação das palavras pode ser mais confiável ou mais reveladora do que a própria expressão *muito ruim*. Por isso a atribuição de nota ao estado de cada aspecto pode se dar em intervalo de valores, conforme mostra o Quadro 3. Cabe ressaltar que, na atribuição de uma nota, deverá ser levado em conta o que seria o ideal e o inaceitável para o contexto da avaliação, e não em um contexto ideal (ALVES et al. 2013).

Para a mobilização dessa ferramenta de avaliação em Palmas – TO, entrevistas foram realizadas nos meses de fevereiro e março de 2016 com 43 *agricultores familiares*, sendo 20 do sexo feminino e 23 do sexo masculino, e 13 técnicos do Programa de Aquisição de Alimentos vinculados ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - Ruraltins. Os técnicos foram entrevistados nos escritórios do Ruraltins e os *agricultores familiares* em suas propriedades. Nas propriedades em

que estavam presentes o homem e a mulher, a entrevista foi realizada com os dois, separadamente.

**Quadro 3-** Diferentes níveis de precisão na atribuição de significados objetivos aos estados de aspectos considerados.

Aspecto	Estado do aspecto e nota atribuída																			
	Muito ruim				Ruim				Tolerável				Bom				Muito bom			
	1		2		3		4		5		6		7		8		9		10	
	0,5	1,0	1,5	2,0	2,5	3,0	3,5	4,0	4,5	5,0	5,5	6,0	6,5	7,0	7,5	8,0	8,5	9,0	9,5	10,0
A																				
B																				

**FONTE:** ALVES et al. (2013).

Inicialmente, a entrevistadora apresentou e esclareceu os entrevistados sobre os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa fazendo uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A). Após a assinatura do termo autorizando a participação na pesquisa, a entrevista era realizada.

Aos técnicos foram apresentados os aspectos e aos *agricultores familiares* foram feitas as indagações, usando como ferramenta norteadora o roteiro de entrevistas do Quadro 2. Em casos de dificuldade no entendimento, a entrevistadora complementava a pergunta explicando o significado e usando sinônimos para facilitar a compreensão. Em alguns casos, os entrevistados não se sentiram aptos ou à vontade para responder a uma ou a mais perguntas, quando então era dada continuidade ao roteiro, *pulando* a pergunta não respondida. Optou-se por não realizar a gravação do áudio das entrevistas para evitar que os entrevistados se sentissem inibidos em responder às perguntas.

Cabe ressaltar que a identidade dos entrevistados não será divulgada nos resultados da pesquisa. Cada entrevistado foi identificado com um número, para possibilitar a compreensão na leitura dos resultados da pesquisa.

A partir das respostas dos entrevistados foram atribuídas notas, usando como referência o intervalo de valores apresentado no Quadro 3. As notas foram anotadas em um formulário, bem como observações relevantes para a discussão dos resultados dessa pesquisa.

### 3.3 Análise dos dados

Após a caracterização objetiva do estado dos aspectos, os resultados devem ser calculados utilizando a Equação 1, descrita por Alves et al. (2013):

$$Q = 1 - (\text{maior desvio})^{1 - \sqrt{\frac{\sum_1^n (\delta_q)^r}{n-1}}} \quad (1)$$

em que Q é a qualidade efetiva (IQCv/IQV),  $\delta$  é o desvio verificado em relação à condição desejável em cada um dos n aspectos considerados na avaliação, e  $r$  é termo que define a importância atribuída à irregularidade de condições entre os aspectos avaliados. Essa mesma expressão possibilita a obtenção de dois valores numéricos relativos à qualidade do programa estudado. Um desses valores expressa Indicador da Qualidade das Condições para Viver e o outro expressa a satisfação em viver a partir dessas condições ou Indicador da Qualidade de Vida.

Realizadas as entrevistas, os dados foram tabulados em um aplicativo estruturado em planilha de cálculo para facilitar a obtenção dos resultados. As notas de todos os entrevistados, atribuídas ao estado dos aspectos, podem ser visualizadas nos Apêndices B e C. Feito isso, a média das notas atribuídas para cada aspecto foi calculada e, em seguida, dividida por 10 para ser enquadrada no intervalo de 0 a 1. Também foi calculado o desvio em relação à nota máxima para cada um dos aspectos. Para esse estudo, será 2 o valor da importância dada à irregularidade de condições entre os aspectos avaliados ( $r$ ).<sup>4</sup>

Aplicando os valores obtidos à Equação 1, calculam-se os indicadores parciais de cada natureza de aspecto (Indicador das Condições Técnicas-Econômicas - ICTE, Indicador das Condições Institucionais – ICI, Indicador das Condições Socioambientais – ICSA,

---

<sup>4</sup> O termo  $r$  na Equação (1) define a importância atribuída à irregularidade de condições. Exemplificando: para avaliar seu desempenho nas disciplinas A, B e C, o estudante que logra nota 7 na três disciplinas pode se revelar muito mais satisfeito do que se lograr nota 5 na disciplina A, 7 na disciplina B e 9 na disciplina C, ainda que a média seja a mesma. Quanto mais importância se desejar atribuir à irregularidade entre as notas, maior deve ser o valor do termo  $r$  na Equação (1).

Indicador da Satisfação Técnica-Econômica - ISTE, Indicador da Satisfação Institucional – ISI e Indicador da Satisfação Socioambiental – ISSA) dos dois subsistemas (Figura 3) identificados como relevantes para a avaliação da *Qualidade das Condições para Viver* e da *Qualidade de Vida* no sistema de interesse. Após a obtenção desses indicadores parciais, ainda usando a Equação 1, os *Indicadores da Qualidade das Condições para Viver - IQCV* e da *Qualidade de Vida - IQV* podem ser quantitativamente distinguidos. O Quadro 4 apresenta um esquema para ilustrar essa situação.

**Quadro 4-** Categorias sociais consideradas e seus correspondentes indicadores parciais e finais.

Executores (Técnicos)			Fornecedores (Agricultores Familiares)		
ICTE	ICI	ICSA	ISTE	ISI	ISSA
IQCV			IQV		

Além disso, os agricultores familiares entrevistados foram divididos por sexo (as notas referentes a essa divisão podem ser vistas nos Apêndices D, E), para comparação dos resultados. Assim se obteve um IQV geral, um para o sexo feminino e outro para o sexo masculino, usando os mesmos procedimentos de cálculo já mencionados.

Quanto mais os resultados do Indicador da Qualidade das Condições para Viver e o Indicador da Qualidade de Vida forem elevados e convergirem, melhor será avaliado o objeto da avaliação. Ou seja, quanto mais elevado for o resultado, mais bem desenvolvidas teriam sido as ações destinadas à promoção de condições necessárias para satisfazer uns e outros e mais satisfeitos se revelariam os indivíduos que vivem as condições promovidas.



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos, já se disse, têm como finalidade promover melhores condições para que os indivíduos beneficiados possam se declarar vivendo bem, e a avaliação de programas como esse é fundamental para orientar o andamento das ações e para melhorá-las, quando necessário.

O modelo de avaliação proposto nesse trabalho apresenta a percepção de distintas categorias sociais do *sistema de interesse* denominado *Programa de Aquisição de Alimentos* sobre a efetividade de ações destinadas à promoção de condições para satisfazer e a satisfação de indivíduos em viver as condições promovidas no município de Palmas - TO. Os resultados da mobilização desse modelo serão objetivamente explicitados nessa sessão.

### 4.1 Um modelo de avaliação contextual

Os aspectos considerados nessa avaliação foram aqueles identificados com a ajuda de gestores e técnicos do Programa de Aquisição de Alimentos e de agricultores familiares cadastrados nesse programa no município de Palmas – TO, os quais constam no Quadro 2 deste trabalho. Conforme já foi dito, a identificação dos aspectos relevantes para a avaliação é contextual, por isso, esse procedimento é fundamental para garantir uma avaliação condizente com a realidade local.

No instrumento conceitual e metodológico proposto por Alves et al. (2013), não constam métodos específicos para a identificação dos aspectos, como já mencionado. Segundo eles, as diversas técnicas de diagnóstico podem ser utilizadas, desde que sejam participativas. Os diversos atores sociais que compõem o *sistema de interesse* podem ser envolvidos na identificação desses aspectos.

Admite-se, então, que, para a utilização desse modelo de avaliação em outros municípios onde o Programa de Aquisição de Alimentos é executado, possivelmente os aspectos relevantes para a avaliação poderão ser outros. Porém, as categorias de atores sociais envolvidas não devem variar muito em quaisquer outros contextos – até porque o Programa de Aquisição de Alimentos possui diretrizes que

estão oficialmente estabelecidas e devem ser seguidas em todo o Território Nacional.

Um dos diferenciais desse instrumento metodológico de avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos encontra-se no fato de que as variáveis a serem pesquisadas são definidas por indivíduos que atuam na localidade e conhecem bem o contexto. Além disso, a avaliação se dá de forma qualitativa, considerando que são levadas em conta as manifestações subjetivas dos indivíduos, mas que podem se tornar quantitativamente ponderáveis, pois essas manifestações são objetivamente sintetizadas em índices numéricos que permitem uma comparação entre os estados dos aspectos considerados.

Diferentemente a tudo isso, outras avaliações já realizadas do programa em questão, como as descritas por Lopes e Almeida (2012), Becker et al. (2010) e Agapto (2012), utilizam variáveis que direcionam para resultados quantitativos sobre a produção, renda e valor investido pelo programa, etc. Claro, informações como essas são também importantes para compor avaliações de programas governamentais, contudo, considerando que uma das finalidades básicas desse programa é promover a inclusão social e econômica no campo, na avaliação deveria sempre ser valorizado o significado atribuído às mudanças que estão sendo desencadeadas nesse contexto e o quanto os agricultores familiares se sentem satisfeitos em viverem essas mudanças.

Nesse sentido o modelo de avaliação aqui proposto se insere como *ferramenta metodológica* para identificar eventuais limitações de método e de alcance e, a partir dessa identificação, direcionar esforços e ações de execução do programa nos mais diferentes contextos.

## 4.2 Processamento de dados

A diferença de percepções sobre o estado dos aspectos considerados pode ser visualizada no Quadro 5, onde constam as médias das notas atribuídas para cada aspecto considerado e os desvios em relação à condição desejável. Os campos grifados de verde mostram as notas dos aspectos que apresentaram maior diferença entre o olhar de quem promove as melhorias e o olhar dos interessados em dispor de melhores condições para viver.

Verifica-se que, nos aspectos *regularidade da produção, disponibilidade de água e solo, segurança alimentar e nutricional e penosidade do trabalho*, os executores do Programa de Aquisição de Alimentos apresentam uma visão menos otimista sobre a situação



considerada do que os agricultores, os quais se mostram mais satisfeitos com as condições desses aspectos. Já nos aspectos *conhecimento do programa de aquisição de alimentos e autonomia e valorização da mulher* acontece o contrário: os executores consideram que essas condições podem ser consideradas *boa e muito boa*, respectivamente, enquanto os agricultores as consideram como *tolerável e boa*.

**Quadro 5-** Média das notas atribuídas ao estado dos aspectos pelas categorias sociais de executores e fornecedores.

Aspecto	Média das Notas Executores	Desvio $\delta$	Média das Notas Fornecedores	Desvio $\delta$
<b>Natureza Técnico/Econômica</b>				
1.1 Produtividade	0,72	0,28	0,79	0,21
1.2 Renda	0,79	0,21	0,83	0,17
1.3 Assistência Técnica	0,50	0,50	0,42	0,58*
1.4 Regularidade da produção	0,42	0,58*	0,73	0,27
1.5 Disponibilidade de água e solo	0,54	0,46	0,73	0,27
1.6 Estrutura física da propriedade	0,46	0,54	0,50	0,50
<b>Natureza Institucional</b>				
2.1 Programa de Aquisição de Alimentos	0,90	0,10	0,88	0,12
2.2 Valor pago	0,72	0,28	0,65	0,35
2.3 Conhecimento do PAA	0,75	0,25	0,56	0,44
2.4 Acesso ao PAA	0,72	0,28	0,67	0,33
2.5 Qualidade no Atendimento	0,82	0,18	0,83	0,17
2.6 Estrutura	0,39	0,61*	0,45	0,55*
<b>Natureza Socioambiental</b>				
3.1 Moradia	0,62	0,38	0,79	0,21
3.1 Acesso à educação	0,73	0,27	0,74	0,26
3.3 Acesso aos serviços de saúde	0,40	0,60	0,53	0,47*
3.4 Segurança alimentar e nutricional	0,71	0,29	0,90	0,10
3.5 Autonomia e valorização da mulher	0,95	0,05	0,70	0,30
3.6 Acesso aos meios de comunicação	0,85	0,15	0,83	0,17
3.7 Penosidade do trabalho	0,32	0,68*	0,57	0,43

\*Aspectos que apresentam maior desvio em relação à condição desejada.

Convém ressaltar os aspectos que apresentaram maior desvio em relação à condição desejada, ou seja, aqueles que mais se distanciam da nota máxima (Quadro 5). Isso porque, conforme apontam Alves et al. (2013), a qualidade de algo para determinada finalidade não pode ser melhor do que sua pior característica reconhecida como relevante para aquele fim. Além disso, a irregularidade do estado dos aspectos também

é considerada. D'Agostini e Fantini (2008) asseveram que para garantir uma boa qualidade de algo, mais importante do que dispor de ótimas condições em alguns aspectos relevantes, é dispor de condições homogeneamente satisfatórias em todos os aspectos essenciais para a avaliação. Por isso, não apenas o maior desvio é levando em conta na Equação 1, como já foi mencionado, os significados dos outros desvios potencializam o significado do maior desvio. Assim, os valores do IQCV e do IQV serão proporcionais a quanto esses aspectos se afastam das características capazes de satisfazerem plenamente.

Para se chegar ao Indicador da Qualidade das Condições para Viver – IQCV, os dados considerados foram obtidos junto ao subsistema denominado *executores*. O processamento das informações para a obtenção desses resultados deve primeiramente acontecer com os indicadores parciais: ICTE, ICI e ICSA.

Em relação às condições dos aspectos de natureza *técnico-econômica*, o indicador parcial ICTE é:

$$ICTE = 1 - (0,58)^{1 - \frac{2\sqrt{(0,28)^2 + (0,21)^2 + (0,5)^2 + (0,46)^2 + (0,54)^2}}{5}} = 0,27, \text{ ou } 2,7 \text{ na escala } 0 \text{ a } 10.$$

Em relação às condições dos aspectos de natureza *institucional*, o indicador parcial ICI é:

$$ICI = 1 - (0,61)^{1 - \frac{2\sqrt{(0,1)^2 + (0,28)^2 + (0,25)^2 + (0,28)^2 + (0,18)^2}}{5}} = 0,32 \text{ ou } 3,2.$$

Em relação às condições dos aspectos de natureza *socioambiental*, o indicador parcial ICSA é:

$$ICSA = 1 - (0,68)^{1 - \frac{2\sqrt{(0,38)^2 + (0,27)^2 + (0,6)^2 + (0,29)^2 + (0,05)^2 + (0,15)^2}}{6}} = 0,22 \text{ ou } 2,2.$$

Após a obtenção desses indicadores parciais se processa o *Indicador da Qualidade das Condições para Viver – IQCV*, o qual é obtido a partir dos indicadores parciais referentes à qualidade reconhecida nas três naturezas de aspectos. Para a natureza *técnico-econômica*, o ICTE resultou igual a 0,27, correspondendo a um desvio igual a 0,73. Para a natureza *institucional*, o ICI resultou igual a 0,32, correspondendo a um desvio igual a 0,68. E para a natureza *socioambiental*, o ICSA resultou igual a 0,22, correspondendo ao maior desvio, igual a 0,78. Assim, tem-se que:

$$IQCV = 1 - (0,78)^{1 - \frac{2\sqrt{(0,73)^2 + (0,68)^2}}{2}} = 0,07 \text{ ou } 0,7.$$

Para se chegar ao Indicador da Qualidade de Vida – IQV, os dados considerados foram obtidos junto ao subsistema denominado

fornecedores. O processamento das informações, para se chegar a esse resultado, também deve primeiramente acontecer com a obtenção dos indicadores parciais: ISTE, ISI e ISSA.

O indicador parcial referente à satisfação dessa categoria social com a natureza de aspectos *técnico-econômicos*, ISTE, é:

$$ISTE = 1 - (0,58)^{1 - \frac{2}{\sqrt{\frac{(0,21)^2 + (0,17)^2 + (0,27)^2 + (0,27)^2 + (0,50)^2}{5}}}} = 0,31 \text{ ou } 3,1.$$

Em relação à satisfação referente aos aspectos de natureza *institucional*, o indicador parcial – ISI é:

$$ISI = 1 - (0,55)^{1 - \frac{2}{\sqrt{\frac{(0,12)^2 + (0,35)^2 + (0,44)^2 + (0,33)^2 + (0,17)^2}{5}}}} = 0,34 \text{ ou } 3,4.$$

Em relação à satisfação referente aos aspectos de natureza *socioambiental*, o indicador parcial – ISSA é:

$$ISSA = 1 - (0,47)^{1 - \frac{2}{\sqrt{\frac{(0,21)^2 + (0,26)^2 + (0,1)^2 + (0,3)^2 + (0,17)^2 + (0,43)^2}{6}}}} = 0,42 \text{ ou } 4,2.$$

Assim, para a natureza *técnico-econômica*, o ISTE resultou igual a 0,31, implicando o maior desvio, igual a 0,69. Para a natureza *institucional*, o ISI resultou igual a 0,34, implicando um desvio de 0,66. E para a natureza *socioambiental*, o ISSA resultou igual a 0,42, implicando um desvio de 0,58. Após a obtenção desses indicadores parciais, o Indicador de Qualidade de Vida - IQV foi processado, conforme segue:

$$IQV = 1 - (0,69)^{1 - \frac{2}{\sqrt{\frac{(0,66)^2 + (0,58)^2}{2}}}} = 0,13 \text{ ou } 1,3$$

### 4.3 Interpretação dos resultados

Foi dito que quanto maior os resultados do IQCV e do IQV e quanto mais eles convergirem, melhor seria a avaliação do objeto avaliado. É possível perceber no Quadro 6 que IQCV e IQV resultaram bastante baixos, porém existe certa convergência entre eles. Isso mostra alinhamento nos olhares que orientam a categoria de interessados em dispor de melhores condições para viver e a categoria de interessados em promover essas melhorias. Ainda que haja pouca divergência, a categoria social que promove as melhorias considera as condições para viver disponíveis no contexto piores do que a categoria dos indivíduos

que vivem tais condições se mostra satisfeita. De todo modo, considerando o baixo valor obtido para os dois indicadores, a avaliação resultou muito ruim. Isso pode ser justificado principalmente pela irregularidade das notas atribuídas ao estado dos aspectos considerados.

**Quadro 6-** Síntese dos resultados dos indicadores parciais e dos indicadores principais

Executores (Técnicos/Gestores)			Fornecedores (Agricultores Familiares)		
ICTE	ICI	ICSA	ISTE	ISI	ISSA
2,7	3,2	2,2	3,1	3,4	4,2
IQCV			IQV		
0,7			1,3		

Sabe-se que o indicador tenderá à unidade quando todos os aspectos apresentarem-se em condições de todo desejáveis. Como as notas dos aspectos apresentaram irregularidades e grandes afastamentos das condições desejáveis para o contexto do Programa de Aquisição de Alimentos, o IQCV e o IQV resultaram em valores muito baixos.

Alves et al. (2013) informam que a qualidade de algo piora mediante cada aspecto que apresente afastamento do estado desejado. Porém, para cada desvio detectado a perda de qualidade deve ser proporcionalmente menor. Isso pode ser observado nas notas atribuídas pelos *executores* ao estado dos aspectos da natureza *técnico-econômica*: ocorreu o maior número de afastamentos da condição desejável e o resultado foi bastante baixo, porém não foi o pior resultado dos indicadores parciais para essa categoria. Isso porque, quanto mais afastamentos da condição desejável, menor a qualidade, porém a diminuição da qualidade será proporcionalmente menor a cada novo afastamento identificado.

Ainda sobre a categoria *executores*, a natureza *institucional* apresentou notas altas e ligeira regularidade no estado dos aspectos, porém um deles apresentou enorme afastamento da condição desejável, o que ocasionou um indicador parcial bastante baixo. Isso porque, como já mencionado, a qualidade de algo não será melhor do que a sua pior característica considerada relevante para aquele fim. Dessa forma, mesmo que os outros aspectos se encontrem em estado próximo ao desejável, se um único aspecto apresentar um grande desvio, o indicador resultará tão baixo quanto se pode observar o estado desse aspecto. A natureza *socioambiental* apresentou irregularidade no estado dos aspectos e grande afastamento das condições desejáveis em dois aspectos, assim resultou como o menor indicador parcial dessa categoria. Esses aspectos mereceriam, evidentemente, especial atenção.

Assim o Indicador da Qualidade das Condições para Viver, derivado a partir dos resultados dos indicadores parciais ICTE, ICI e ICSA significativamente baixos e grandes desvios em relação à condição desejável, teve resultado muito ruim, igual a 0,7.

Do subsistema denominado *fornecedores*, a natureza de aspectos *técnico-econômica* apresentou o pior resultado de indicador parcial, igual a 3,1. A irregularidade no estado dos aspectos e a quantidade de desvios identificados justificam essa situação. A natureza de aspectos *institucional* apresentou situação análoga à anterior, porém seu indicador parcial resultou ligeiramente maior, igual a 3,4. O melhor resultado de indicador parcial desse subsistema foi referente à natureza *socioambiental*. Diferente da categoria de *executores*, essa natureza de aspectos apresentou notas relativamente altas e regulares, porém dois desvios médios em relação a uma condição desejável. O fato de as notas e os desvios terem sido menores nessa categoria do que na de *executores*, justifica o maior valor do ISSA.

O Indicador da Qualidade de Vida, derivado a partir dos resultados dos indicadores parciais ISTE, ISI e ISSA significativamente baixos e também grandes desvios em relação à condição desejável, teve resultado muito ruim, igual a 1,3, porém melhor do que o IQCV, anteriormente citado.

Percebe-se no Quadro 6 que todos os indicadores parciais referentes à categoria de *executores* resultaram inferiores ao da categoria dos *fornecedores*. O indicador parcial com melhor resultado da primeira categoria social é um centésimo maior do que o pior resultado de indicador parcial da categoria social de *fornecedores*. Esses grandes afastamentos em relação às condições desejáveis apresentados pelos indicadores parciais implicam resultados considerados muito ruins.

#### **4.4 Representação gráfica do IQCV e do IQV**

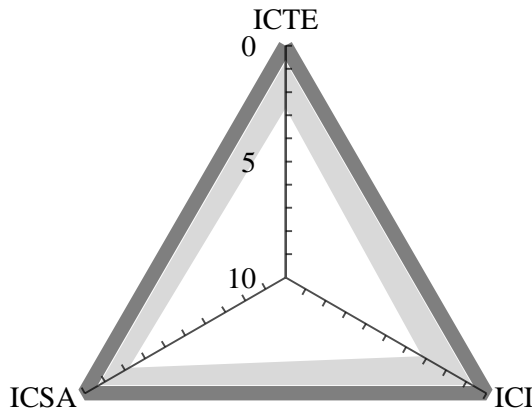
Os gráficos a seguir foram obtidos a partir do significado atribuído ao estado dos aspectos das três naturezas consideradas nesse estudo: *técnico-econômica*, *institucional* e *socioambiental*. Neles, as áreas *brancas* no interior dos triângulos representam o afastamento das condições desejadas para o contexto do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Palmas - TO. As áreas *cinza-claras* representam a qualidade das condições quando as naturezas dos aspectos são consideradas separadamente e as áreas *cinza-escuras* representam a

qualidade percebida a partir do conjunto das três naturezas de aspectos consideradas, ou seja, o IQCV e o IQV.

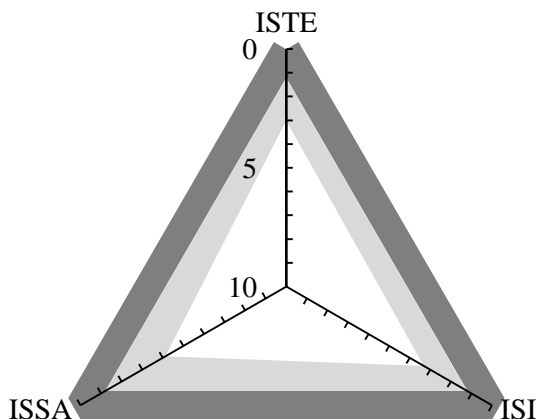
Alves et al. (2013) informam que a região *cinza-escura* será menor do que a *cinza-clara* tanto quanto se valorize o fato de haver irregularidade entre as notas atribuídas. Isso significa que quanto maior a importância  $r$  atribuída à irregularidade das notas, mais o resultado dos indicadores de qualidade das condições para viver e da qualidade de vida tenderão a ser menores do que a qualidade percebida nas três naturezas de aspectos consideradas. De outro lado, quanto maior for a área *cinza-clara* na representação gráfica, melhor a qualidade do que está sendo avaliado.

O Gráfico 1 representa a qualidade efetiva atribuída ao Indicador da Qualidade das Condições para Viver, obtido a partir das notas dos indicadores parciais ICTE, igual a 2,7, ICI, igual a 3,2 e ICSA, igual a 2,2. E o Gráfico 2 representa a qualidade efetiva atribuída ao Indicador da Qualidade de Vida, obtido a partir das notas dos indicadores parciais ISTE, igual a 3,1, ISI, igual a 3,3 e ISSA, igual a 4,2.

**Gráfico 1-** Representação gráfica do IQCV.



**Gráfico 2-** Representação gráfica do IQV.



#### 4.5 Aspectos que necessitam de atenção

Foi mencionado que a qualidade Q não pode ser mais elevada do que a nota atribuída a seu aspecto em pior estado durante a avaliação. Assim, na medida em que a qualidade Q fica limitada pelo aspecto em pior estado, a melhoria na qualidade Q das condições disponíveis somente pode melhorar se aquele aspecto se revelar prioridade (ALVES, et al., 2013). Por isso, os aspectos que apresentaram maior desvio em relação à condição desejável devem receber prioridade nas ações voltadas para promoção de melhorias no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos. Esses aspectos serão discutidos neste item.

Na dimensão *técnico-econômica* o aspecto que recebeu a pior nota, igual a 0,42, pela categoria social de *executores* foi o que trata da *regularidade da produção* agrícola. Segundo relatos dos profissionais entrevistados, os agricultores familiares cadastrados no PAA não conseguem atender às demandas do programa durante o ano inteiro. Isso pode estar relacionado aos outros aspectos que também tiveram notas medianas atribuídas por essa categoria, como *assistência técnica*, *disponibilidade de água e solo* e *estrutura física da propriedade*.

Segundo eles, o fato de esses aspectos também não apresentarem melhores condições, influencia na produção agrícola, que costuma ser sazonal e em períodos em que a disponibilidade de água é maior na região estudada. Para esses profissionais, a melhoria na assistência técnica poderia desencadear melhorias nos outros aspectos que apresentaram condições afastadas do desejável. Essa melhoria se daria com o aumento na quantidade de pessoal para a realização de assistência técnica. Os extensionistas disponíveis no escritório local do Ruraltins em Palmas não conseguem atender à demanda dos agricultores do município, visto que não atendem apenas àqueles cadastrados no PAA.

Condizente com essa situação, o aspecto *assistência técnica* foi o que recebeu pior nota (0,42) pela categoria social que vive as condições promovidas. Nos relatos os agricultores familiares entrevistados informaram que não recebem assistência técnica ou recebem esporadicamente. A *estrutura física da propriedade* também é uma questão que necessita de atenção. Segundo os agricultores, o principal problema é a ausência de trator para gradear a terra e a falta de sistemas de irrigação.

Na natureza de aspectos *institucionais*, as duas categorias sociais consultadas consideraram que a *estrutura* da instituição responsável pela execução do Programa de Aquisição de Alimentos no município não é adequada. As duas categorias, executores e fornecedores, atribuíram notas 0,39 e 0,45, respectivamente, para o estado desse aspecto. Os relatos apontaram principalmente para a necessidade de aumentar a disponibilidade de veículos para o deslocamento dos profissionais para o campo e de melhoria na estrutura física do escritório local do Ruraltins. Além disso, o aspecto *conhecimento do PAA* também merece atenção. Isso porque teve nota igual a 0,56 atribuída pela categoria na qual se encontram os agricultores familiares. Durante as entrevistas foi possível perceber que muitos agricultores não sabem que o programa do qual participam se chama Programa de Aquisição de Alimentos. Eles conhecem apenas como *compra direta*.

Na natureza de aspectos *socioambientais* os maiores afastamentos das condições desejáveis ocorreram nos aspectos *acesso aos serviços de saúde e penosidade do trabalho* nas duas categorias sociais consultadas. Esses aspectos receberam notas 0,4 e 0,32 pela categoria de *executores* e 0,53 e 0,57 pela categoria de *fornecedores*, respectivamente. Sobre o *acesso aos serviços de saúde* foram relatadas situações como a indisponibilidade de médicos nos postos de saúde, demora no agendamento de exames, ausência de dentistas e tantas outras situações,



que, embora não sejam distantes da realidade urbana, são agravadas pela dificuldade de acesso às comunidades rurais. O aspecto *penosidade do trabalho* recebeu a pior nota de toda a avaliação pela categoria de executores, porém, para os agricultores familiares entrevistados, essa não é uma condição que incomoda mais do que a falta de assistência técnica, por exemplo. A maior queixa relacionada a esse aspecto diz respeito à condição climática da região, com temperaturas bastante elevadas durante todo o ano. Embora a atividade agrícola seja fisicamente desgastante, os agricultores se dizem acostumados com a situação.

Essa última natureza de aspectos possivelmente não está diretamente condicionada ao Programa de Aquisição de Alimentos, porém, já foi apontada a importância de reconhecer o papel da melhoria de renda na determinação das condições para viver e conseqüentemente na qualidade de vida. Assim, a condição econômica alterada pelas melhorias promovidas pelo PAA influenciará na melhoria de acesso aos outros meios capazes de promover satisfação, como esses aspectos. A inclusão social que se espera que aconteça a partir das mudanças decorrentes do programa também engloba a melhoria desse tipo de aspecto.

#### **4.6 O efeito gênero**

Durante a fase de observação, quando houve um grande contato da pesquisadora com os agricultores familiares que participaram da pesquisa, foi possível observar a força de atuação das mulheres no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos. Apesar disso, dos 61 cadastrados no município de Palmas, apenas 16 são mulheres. Uma situação muito conforme com o cenário brasileiro, segundo apontam Siliprandi e Cintrão (2011), na pesquisa sobre as mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos, a qual mostra que no contexto nacional um baixo percentual de mulheres consta nos contratos do programa. Embora os números apontem para um baixo índice de cadastros das mulheres no contexto do programa, o que se observou nessa pesquisa é que elas têm poder nas decisões tomadas nas unidades familiares.

Para verificar como as mulheres agricultoras percebem o contexto do Programa de Aquisição de Alimentos, nessa seção será apresentada uma comparação entre homens e mulheres sobre o assunto. Para isso, as

notas obtidas durante as entrevistas foram separadas e podem ser visualizadas no Quadro 7.

**Quadro 7-** Comparação entre homens e mulheres das notas atribuídas ao estado dos aspectos considerados

Aspecto	Média das Notas Agricultores Homens	Desvio $\delta$	Média das Notas Agricultores Mulheres	Desvio $\delta$
<b>Natureza Técnica/Econômica</b>				
1.1 Produtividade	0,82	0,18	0,76	0,24
1.2 Renda	0,86	0,14	0,80	0,20
1.3 Assistência Técnica	0,41	0,59*	0,42	0,58*
1.4 Regularidade da produção	0,77	0,23	0,68	0,33
1.5 Disponibilidade de água e solo	0,80	0,20	0,66	0,35
1.6 Estrutura física da propriedade	0,52	0,48	0,47	0,53
<b>Natureza Institucional</b>				
2.1 Programa de Aquisição de Alimentos	0,91	0,09	0,85	0,15
2.2 Valor pago	0,66	0,34	0,64	0,37
2.3 Conhecimento do PAA	0,60	0,40	0,52	0,49
2.4 Acesso ao PAA	0,75	0,25	0,58	0,42
2.5 Qualidade no Atendimento	0,82	0,18	0,84	0,16
2.6 Estrutura	0,47	0,53*	0,42	0,58*
<b>Natureza Socioambiental</b>				
3.1 Moradia	0,84	0,16	0,74	0,27
3.1 Acesso à educação	0,79	0,21	0,69	0,31
3.3 Acesso aos serviços de saúde	0,62	0,38	0,42	0,58*
3.4 Segurança alimentar e nutricional	0,91	0,09	0,89	0,12
3.5 Autonomia e valorização da mulher	0,63	0,37	0,78	0,22
3.6 Acesso aos meios de comunicação	0,86	0,14	0,80	0,20
3.7 Penosidade do trabalho	0,57	0,43*	0,57	0,43

\*Aspectos que apresentam maior desvio em relação à condição desejada.

Uma simples comparação entre as notas atribuídas ao estado dos aspectos nos mostra que na maioria dos aspectos as mulheres se mostram ligeiramente menos satisfeitas do que os homens. Na natureza de aspectos *técnico-econômicos*, a maior diferença de percepção observada foi na *disponibilidade de água e solo* e o maior desvio identificado nessa dimensão foi no aspecto *assistência técnica*, tanto na percepção dos homens quanto das mulheres. Para os aspectos institucionais, a maior diferença observada foi no *acesso ao PAA* e o maior desvio foi no aspecto *estrutura*. Porém, a diferença que mais

chamou a atenção foi a do aspecto *acesso aos serviços de saúde*. Essa situação encontra-se em consonância com resultados de pesquisas que tratam da relação de gênero e saúde, as quais, conforme com o que apontam Alves et al (2011), denotam uma diferença significativa na procura por serviços de saúde entre homens e mulheres. Sendo assim, a diferença de percepção nesse aspecto pode estar relacionada ao fato de os homens procurarem menos os serviços de saúde do que as mulheres, as quais, por procurarem mais os serviços de saúde, conhecem mais as limitações referentes a esse aspecto.

Os procedimentos para a obtenção dos indicadores parciais e dos indicadores da qualidade de vida referentes à percepção dos homens e das mulheres são os mesmos já descritos anteriormente. Seguem abaixo os indicadores parciais referentes à satisfação dos homens com as três naturezas de aspectos consideradas.

$$ISTE_H = 1 - (0,59)^{1 - \frac{2 \sqrt{\frac{(0,18)^2 + (0,14)^2 + (0,23)^2 + (0,20)^2 + (0,48)^2}{5}}}{3,2}} = 0,32 \text{ ou } 3,2.$$

$$ISI_H = 1 - (0,53)^{1 - \frac{2 \sqrt{\frac{(0,09)^2 + (0,34)^2 + (0,4)^2 + (0,25)^2 + (0,18)^2}{5}}}{3,7}} = 0,37 \text{ ou } 3,7.$$

$$ISSA_H = 1 - (0,43)^{1 - \frac{2 \sqrt{\frac{(0,16)^2 + (0,21)^2 + (0,38)^2 + (0,09)^2 + (0,37)^2 + (0,14)^2}{6}}}{0,47 \text{ ou } 4,7}} = 0,47 \text{ ou } 4,7.$$

Para a natureza *técnico-econômica*, o  $ISTE_H$  resultou igual a 0,32, implicando o maior desvio, igual a 0,68. Para a natureza *institucional*, o  $ISI_H$  resultou igual a 0,37, implicando um desvio de 0,63. E para a natureza *socioambiental*, o  $ISSA_H$  resultou igual a 0,47, implicando um desvio de 0,53. Após a obtenção desses indicadores parciais o Indicador de Qualidade de Vida referente à satisfação dos homens -  $IQV_H$  foi processado, conforme segue:

$$IQV_H = 1 - (0,68)^{1 - \frac{2 \sqrt{\frac{(0,63)^2 + (0,53)^2}{2}}}{1,5}} = 0,15 \text{ ou } 1,5.$$

Agora os indicadores parciais referentes à satisfação das mulheres com as três naturezas de aspectos consideradas.

$$ISTE_M = 1 - (0,58)^{1 - \frac{2 \sqrt{\frac{(0,24)^2 + (0,20)^2 + (0,33)^2 + (0,35)^2 + (0,53)^2}{5}}}{3}} = 0,30 \text{ ou } 3.$$

$$ISI_M = 1 - (0,58)^{1 - \frac{2 \sqrt{\frac{(0,15)^2 + (0,37)^2 + (0,49)^2 + (0,42)^2 + (0,16)^2}{5}}}{3}} = 0,30 \text{ ou } 3.$$

$$ISSA_M = 1 - (0,58)^{1-2} \sqrt{\frac{(0,27)^2 + (0,31)^2 + (0,12)^2 + (0,22)^2 + (0,2)^2 + (0,43)^2}{6}} = 0,33 \text{ ou } 3,3.$$

Para as naturezas *técnico-econômica* e *institucional*, o  $ISTE_M$  e o  $ISI_M$  resultaram iguais a 0,3, implicando desvio igual a 0,7. E para a natureza *socioambiental*, o  $ISSA_M$  resultou igual a 0,33, implicando um desvio de 0,67. Após a obtenção desses indicadores parciais o Indicador de Qualidade de Vida referente à satisfação das mulheres -  $IQV_M$  foi processado, conforme segue:

$$IQV_M = 1 - (0,7)^{1-2} \sqrt{\frac{(0,7)^2 + (0,67)^2}{2}} = 0,10 \text{ ou } 1.$$

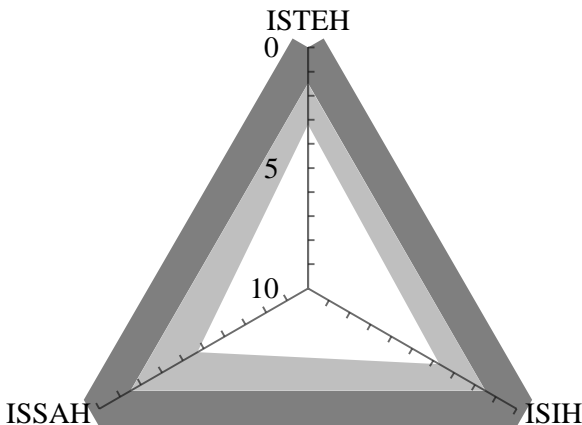
No Quadro 8, a síntese dos resultados obtidos para facilitar a visualização.

**Quadro 8-** Síntese dos resultados dos indicadores parciais referentes à satisfação de homens e mulheres.

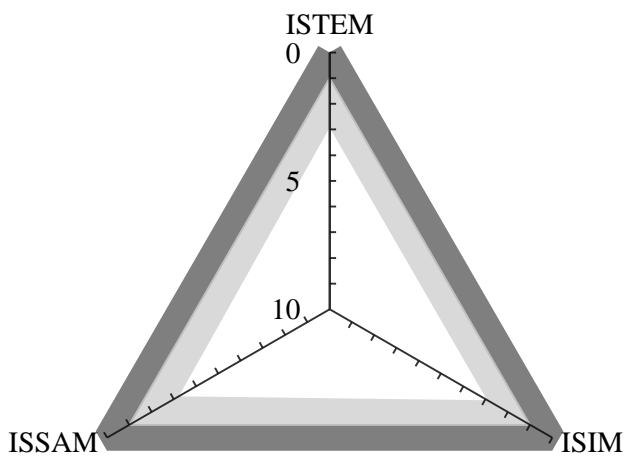
Fornecedores Homens			Fornecedores Mulheres		
$ISTE_H$	$ISI_H$	$ISSA_H$	$ISTE_M$	$ISI_M$	$ISSA_M$
3,2	3,7	4,7	3	3	3,3
$IQV_H$			$IQV_M$		
1,5			1		

É possível perceber que os homens mostram-se mais satisfeitos com a qualidade das condições para viver disponíveis no contexto do que as mulheres. Os gráficos 3 e 4 ilustram essa situação.

**Gráfico 3-** Indicador de Qualidade de Vida referente à satisfação dos homens.



**Gráfico 4-** Indicador de Qualidade de Vida referente à satisfação das mulheres.





## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consonância com os objetivos do presente trabalho, o modelo de avaliação da efetividade das ações destinadas à promoção de condições para satisfazer e a satisfação de indivíduos em viver as condições promovidas, no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos, foi apresentado e mobilizado no município de Palmas – TO. Como instrumento metodológico, este modelo apresenta viabilidade na sua utilização, pois extrai de maneira participativa as informações necessárias para avaliar o contexto do qual se quer conhecer a realidade.

Sobre os resultados da avaliação, o Indicador da Qualidade das Condições para Viver e o Indicador da Qualidade de Vida apresentaram valores baixos e ligeiramente discrepantes. Significa dizer que os indivíduos que compõem os subsistemas denominados *executores* e *fornecedores* percebem a necessidade de melhorias nas ações, principalmente nas que são voltadas para os aspectos que apresentaram maiores desvios em relação à condição desejável.

Fica fortemente sugerido com esses resultados que as ações promovidas tem sido pouco efetivas para a promoção de inclusão social e econômica no campo, no contexto do município de Palmas – TO. Contudo, não significa dizer que o Programa de Aquisição de Alimentos não está sendo efetivo. Isso porque muitos aspectos considerados na avaliação não são orientados diretamente pelas ações do PAA. Além disso, se tivessem sido considerados outros aspectos na avaliação, os resultados também poderiam ser diferentes.

Para que essa situação seja revertida, é necessário que se promovam melhorias nas condições dos aspectos que apresentaram maiores afastamentos das condições desejáveis. Por isso, é importante ressaltar a necessidade de um processo contínuo de reformulação e avaliação do programa para monitorar a evolução das ações realizadas e a satisfação dos beneficiários fornecedores.

A aplicação periódica deste instrumento metodológico em contextos interessados em avaliar o Programa de Aquisição de Alimentos pode ser reveladora e bastante útil para orientar o planejamento das ações de execução do programa. A identificação dos aspectos que apresentam afastamento das condições desejáveis é de grande valia, pois chama atenção para as situações que precisam receber prioridade.

Embora tenham sido consideradas apenas três naturezas de aspectos: técnico-econômica, institucional e socioambiental, a avaliação também pode ser realizada à luz de outras dimensões. Importa perceber que a avaliação é contextual e pode mudar de acordo com o contexto.

### **5.1 Das limitações percebidas**

Uma limitação encontrada nesse estudo foi na identificação dos aspectos considerados. A identificação foi feita por meio de entrevistas individuais com atores sociais interessados na avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos. Sendo assim, sintetizar as respostas de todos os entrevistados em expressões que representassem o mesmo significado para os aspectos mencionados por cada um foi difícil. Conforme já apontado, a identificação dos aspectos pode seguir diversas técnicas participativas. Portanto, para estudos futuros, recomenda-se a utilização de outro procedimento de identificação de aspectos. Mas, de toda forma, ainda que percebidas dificuldades na sua identificação, os aspectos considerados estão de acordo com a realidade do contexto estudado e possibilitam a obtenção de informações relevantes para o procedimento de avaliação aqui proposto.

Além disso, alguns entrevistados mostraram-se confusos sobre o entendimento de um ou outro aspecto. Seria necessário estruturar melhor o roteiro de entrevistas deixando mais claras as perguntas apresentadas.

Outra dificuldade encontrada foi durante a fase dos estudos exploratórios deste trabalho. Não há disponibilidade suficiente de informações técnicas e financeiras sobre o Programa de Aquisição de Alimentos nos sites oficiais. Informações sobre a utilização de recursos públicos devem ser facilitadas e apresentar transparência. Nos sites oficiais, as informações constam incompletas e bastante confusas. Além disso, informações sobre o montante de recursos investidos no PAA foram solicitadas à instituição responsável pela execução do programa no município de Palmas, porém não houve resposta para essa solicitação.



## REFERÊNCIAS

AGAPTO, J. P. El al. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores.** São Paulo: Revista Informações Econômicas, v. 42, n. 2, 2012.

ALVES, R. S. SILVA, R. P. ERNESTO, M. V. LIMA, A. G. B. SOUZA, F. M. Gênero e saúde: o cuidar do homem em debate. São Paulo: Psicologia Teoria e Prática, vol. 13, n. 3, 2011.

ALVES, J.M.; SOUZA, F.N.S.; D'AGOSTINI, L.R. **Qualidade do viver e do fazer: ambiente e desempenho ambiental.** 1ª edição – Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

ALVES, Eliseu; ROCHA, Daniela de Paula. Ganhar Tempo é Possível? In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (Orgs). **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas.** Brasília: IPEA, 2010.

BECKER, C. ANJOS, F. S. dos. BEZERRA, A. J. A. **O impacto do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar na segurança alimentar e no desenvolvimento rural.** Campo Grande: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maia. **Políticas de Combate à Fome no Brasil.** *São Paulo em Perspectiva*, vol. 15, nº 4, p. 119-129, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10378.pdf>>. Acesso em 20 de março de 2015.

BELIK, W. SILVA, J. G da. TAKAGI, M. **Políticas de Combate à Fome no Brasil.** *São Paulo em Perspectiva*, vol. 15, nº. 4, p. 119-129, dez. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000400013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 de março de 2015.

BRASIL. **Lei 10.696 de 02 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operação de crédito rural e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm)>. Acesso em: 13 de agosto de 2014.

BRASIL. **Lei 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: 26 de setembro de 2014.

BRASIL. **Lei 12.512 de 14 de outubro de 2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nº 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm)>. Acesso em: 25 de maio de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012**. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm)>. Acesso em: 31 de março de 2016.

BRASIL. **O Brasil sem Miséria**. CAMPELLO, Tereza. FALCÃO, Tiago. COSTA, Patricia V. (Orgs). MDS, Brasília, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Texto para discussão EESP/FGV 157, maio de 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.18.ConceitoHist%C3%B3ricoDesenvolvimento.31.5.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

CARVALHO, Cícero P. de. **Regulação do Sistema Agroalimentar Japonês**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 13, out. 1999. Disponível em <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/162>. Acesso em: 16 de março de 2016.

D'AGOSTINI, L.R. & FANTINI, A. C. **Quality of Life and Quality of Living Conditions in Rural Areas:** Distinctively perceived and quantitatively distinguished. *Social Indicators Research*, 2008.

DELGADO, N. G. **Papel do Rural no Desenvolvimento Nacional: a modernização conservadora dos anos 1970 ao governo Lula.** In: DELGADO, N. G. *Brasil rural em debate: coletânea de artigos*. Brasília (DF): CONDRAF/NEAD, 2010, p. 28-78.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil.** *Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol. 52, nº. S1. Brasília, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600007)>. Acesso em: 18 de março de 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=17>. Acesso em 06 de novembro de 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>. Acesso em: 02 de outubro de 2014.

LOPES, D.S. ALMEIDA, R. A. de. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Castilho e Andradina-SP.** São Paulo: Revista Pegada, vol. 13, n 1, 2012.

MATURANA, H.; VARELLA, F. **A árvore do conhecimento.** Campinas: Editorial PSY II, 1995. 281p.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Apoio à Formação de Estoques.** 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/seguranca-alimentar/compras-governamentais/programa-de-aquisicao-de-alimentos/formacao-de->

estoques/apoio-a-formacao-de-estoques>. Acesso em: 05 de dezembro de 2015.

MILLER, G. A. The magical number seven, plus or minus two: some limits on our capacity for processing information. *Psychological Review*, 101: (2), 1955, p. 343 -352.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NOBRE, Moacyr R. C. **Qualidade de Vida**. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, vol 64, nº 4, 1995. Disponível em: <<http://www.arquivosonline.com.br/pesquisartigos/Pdfs/1995/v64N4/64040002.pdf>>. Acesso em: 19 de setembro de 2014.

PORTAL BRASIL (a). **Governo Simplifica Acesso ao Programa de Incentivo à Produção e Consumo de Leite**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/novo-regulamento-simplifica-paa-leite>>. Acesso em: 07 de abril de 2016.

PORTAL BRASIL (b). **Governo define regras para aquisição de sementes**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/01/governo-define-as-regras-para-aquisicao-de-sementes>>. Acesso em: 07 de abril de 2016.

PORTER, M. E.; STERN, S.; GREEN, M. **Índice de Progresso Social 2015**. Social Progress Imperative, 2015. Disponível em: <[http://www.socialprogressimperative.org/system/resources/W1siZiIsIjIwMTYvMDQvMDgvMTUvMDMvMzYvMy9JUFNfR2xvYmFsX0ZlTkFMXzFfLnBkZiJdXQ/IPS-Global\\_FINAL%20%281%29.pdf](http://www.socialprogressimperative.org/system/resources/W1siZiIsIjIwMTYvMDQvMDgvMTUvMDMvMzYvMy9JUFNfR2xvYmFsX0ZlTkFMXzFfLnBkZiJdXQ/IPS-Global_FINAL%20%281%29.pdf)>. Acesso em: 22 de novembro de 2015.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. T. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

SANTOS, Robério F. dos. **Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira**. *Revista de Economia Política*, vol 8, nº 3, jul – set, 1988. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/31-8.pdf>. Acesso em: 18 de março de 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILIPRANDI, Emma. CINTRÃO, Rosângela. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Campinas: Segurança Alimentar e Nutricional, 18(2): 12-32, 2011.

SILVA, José Graziano da. GROSSI, Mauro Eduardo Del. FRANÇA, Caio Galvão de. **Fome Zero: A Experiência Brasileira**. MDS, Brasília, 2010.

THE WHOQOL GROUP 1995. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. *Social Science and Medicine* 10:1403-1409.

TREMEA, Nádia J. C. **Os subsídios agrícolas europeus: características e perspectivas para o comércio mundial de açúcar**. In: Congresso Internacional de Administração, 2012, Ponta Grossa – PR, trabalhos selecionados. Disponível em: <<http://www.admpg.com.br/revista2012a/artigos/artigos/Negocios/07-01338988801.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol. 52, nº S1. Brasília, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002)>. Acesso em 21 de março de 2015.

**APÊNDICE A**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Meu nome é Patrícia Cottica Magro e gostaria de convidá-lo/a a participar como voluntário/a da pesquisa que estou desenvolvendo para elaboração da minha dissertação de mestrado, intitulada: “Qualidade do Viver e do Fazer: Modelando Avaliação do Programa Aquisição de Alimentos”. A pesquisa é orientada pelo Prof. Luiz Renato D’Agostini e tem como objetivo apresentar um modelo de avaliação para o *Programa Aquisição de Alimentos – PAA*, considerando o olhar daqueles que têm por missão tornar disponíveis para o coletivo as melhores condições para se viver (Indicador da Qualidade das Condições Disponíveis - IQCD), e o daqueles que vivem as condições tornadas disponíveis (Indicador da Qualidade do Viver – IQV), estabelecendo uma relação entre as condições objetivas e a subjetiva satisfação.

Sua forma de participação consiste em permitir ser entrevistado a partir de um roteiro de perguntas, cujo objetivo é obter informações sobre sua satisfação com o Programa Aquisição de Alimentos – PAA. A partir da sua manifestação subjetiva a respeito de cada pergunta, serão atribuídas notas objetivas para os aspectos avaliados, que se dá em uma escala de 1 a 10, baseada em um gabarito de situações previamente estabelecido. As suas informações serão utilizadas para a elaboração da minha dissertação, artigos e relatórios de pesquisa.

Os benefícios gerados pelos resultados da pesquisa referem-se à disponibilização de novos conhecimentos para a implementação de possíveis melhorias nas ações e execução do Programa Aquisição de Alimentos – PAA. Já como riscos à pesquisa, você estará sujeito a possíveis constrangimentos ao responder algumas das questões elaboradas e também pode ocorrer de sentir-se cansado, caso ache o roteiro de perguntas extenso.

Como pesquisadora responsável darei toda a assistência para que ocorra uma participação consentida dos envolvidos no estudo, garantindo que suas dúvidas serão esclarecidas antes e durante a pesquisa, além disso, não haverá para o entrevistado nenhum custo financeiro ao participar dela. Os participantes terão a liberdade de recusar ou retirar o consentimento, sem nenhuma penalização. Para isso, forneço abaixo os meus dados pessoais que poderão ser utilizados para comunicar a desistência, se, porventura ela ocorrer. A sua identidade

será mantida no mais rigoroso sigilo por todos os pesquisadores envolvidos. Em qualquer publicação dos resultados deste estudo serão omitidas as informações que permitam identificá-lo/a. Dessa forma, será mínima a possibilidade de qualquer dano, contudo, caso se sinta lesado, terá o direito de procurar obter indenização.

Essa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH-UFSC). Em caso de dúvidas, caso queira outros esclarecimentos sobre esta pesquisa, você poderá entrar em contato a qualquer momento com:

➤ Patrícia Cottica Magro | e-mail: paty.cottica@gmail.com | Tel.: (63) 9257-6064.

➤ Prof. Luiz Renato D'Agostini, | e-mail: dagostini.l.r@ufsc.br | Tel.: (48) 3331 5341

➤ Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC) está localizado no prédio Reitoria II, sala 902, no ático, localizado na Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, Trindade, Florianópolis. Tel.: (48) 3721-6094 | E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br.

Palmas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Recebi uma cópia deste documento, li, fui esclarecido e compreendi este termo de consentimento. Concordo em participar como voluntário desta pesquisa, sem remuneração ou ônus financeiro.

---

Participante:

Documento:

Declaro que irei cumprir o que está expresso neste termo de consentimento.

---

Patrícia Cottica Magro

## APÊNDICE B

Notas atribuídas ao estado dos aspectos - técnicos executores

E A	T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10	T11	T12	T13
1.1	10	10	10	6	9	6	4	6	4	4	7		10
1.2	7	10	6	9	9	7	10	5	9	10	9		4
1.3	6	5	10	5	5	4	5	3	1	5	7		4
1.4	8	9	4	2	4	4	2	1	1	5	6		4
1.5	4	7	10	2	6	8	5	1		8			3
1.6	3	4	9	2	5	2	3	2	8	4			9
2.1	10	8	10	8	8	9	10	5	9	10	10	10	10
2.2	6	4	6	6	6	7	10	10	4	7	10	10	7
2.3	8	8	2	4	10	10	4	10	7	6	9	10	10
2.4	4	10	4	4	9	7	10	3	9	10	10	7	7
2.5	9	10	10	8	9	10	4	8	2	9	8	10	9,5
2.6	6	6	4	2	6	1	2	2	1	7	4	6	4
3.1	4	7	7	7	3	2	8	8	7	7			8
3.2	9	10	9	8	7	7	3	10	4	4			9
3.3	4	2	2	2	2	5	8	7	2	2			8
3.4	6	7	6	5	8	9	9	6	3	10			9
3.5	10	10	10	8	9	7	10	10	10	10			10
3.6	9	8	10	4	9	7	8	10	10	8			10
3.7	2	4	4	2	4	1	2	8		3			2

**Legenda:** A – Aspectos, E – Entrevistados, T – Técnicos.



## APÊNDICE C

Notas atribuídas ao estado dos aspectos - agricultores familiares

E A	AF1	AF2	AF3	AF4	AF5	AF6	AF7	AF8	AF9	AF10	AF11	AF12	AF13	AF14	AF15	AF16	AF17	AF18	AF19	AF20	AF21
1.1	10	7	4	7	7	10	10	7	10	10	10	9	6	10	8	10	7	6	10	9	5
1.2	7	10	4	8	5	7	10	7	8	10	10	7	10	10	10	5	8	5	7	10	10
1.3	1	1	1	4		1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	3	9	3	5	7	1
1.4	10	10	4	10	7	8	9	10	5	10	10	10	10	10	10	2	5	7	5	5	5
1.5	10	7	7	3	4	3	10	5	5	10	8	7	9	10	9	4	8	5	3	8	4
1.6	2	2	2	5	10	7	9	2	5	6	7	2	2	10	7	4	3	1	1	10	3
2.1	10	10	10	10	8	8	7	8	7	9	7	6	5	9	10	10	10	8	7	8	5
2.2	8	6	7	8	8	5	1	9	6	8	4	4	4	10	10	9	10	4	3	7	3
2.3	10	8	2	5	1	9	2	5	5	1	5	6	5	10	10	10	10	10	8	4	10
2.4	10	10	10	10		10	9	7	10	10	6	10	2	10	6	10	10	9	5	5	3
2.5	10	10	10	10		5	6	10	5	10	10	4	1	10	10	3	8	9	7	10	9
2.6	5	3	3	4		2	10	7	5	10	4	4	3	10	2	10	9	3	2	5	
3.1	9	9	10	10	7	2	5	9	7	9	10	5	8	9	8	9	6	7	10	10	8
3.2	8	4	4	7	8	10	2	4	9	10	8	7	7	10	10	10	9	10	4	10	6
3.3	3	3	2	6	8	2	5	9	4	8	8	5	3	8	3	6	8	7	6	10	3
3.4	10	8	8	10	9	9	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	3	5	2	10	9
3.5	2	8	8	3	10	10	10	9	10	9	9	10	9	10	10	10	10	10	1	9	1
3.6	10	8	7	9	8	8	10	6	9	10	10	9	9	10	7	7	8	7	3	10	5
3.7	2	2	2	2	9	7	6	2	10	8	10	6	8	10	5	8	9	6	7	7	5

**Legenda:** A – Aspectos, E – Entrevistados, AF – Agricultor Familiar

## Continuação do Apêndice C.

E A	AF22	AF23	AF24	AF25	AF26	AF27	AF28	AF29	AF30	AF31	AF32	AF33	AF34	AF35	AF36	AF37	AF38	AF39	AF40	AF41	AF42	AF43
	1.1	10	9	3	3	7	9	4	10	10	5	6	10	7	6	10	10	8	10	9	9	10
1.2	10	10	10	10	7	10	7	10	8	6	6	9	4	4	10	8	10	10	10	10	10	10
1.3	10	8	6	1	4	10	7	6	9	8	3	1	1	10	10	10	10	1	5	5	1	3
1.4	9	7	3	3	5	4	3	9	9	10	10	5	5	10	10	10	5	3	6	10	10	4
1.5	7	7	2	10	5	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	4	4	7	7	2
1.6	7	2	2	10	8	6	3	3	10	3	7	3	1	4	4	10	3	3	8	3	10	4
2.1	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	2	10	10	10	9	8	8	10	10
2.2	6	10	9	5	4	8	9	7	10	1	7	6	6	2	4	4	7	9	8	10	10	2
2.3	2	5	3	3	10	10	7	3	3	3	4	2	2	7	6	10	4	3	9	5	1	2
2.4	10	9	2	3	4	6	6	5	10	3	9	8	2	4	10	10	7	5	3	1	3	1
2.5	10	10	9	2	10	10	10	9	9	8	3	10	10	10	10	10	10	10	2	10	9	10
2.6	3	4	3	2	1	9	1	3		1	4	9	1	1	10	9	4	2	5		1	1
3.1	6	7	8	9	10	10	9	10	9	8	7	7	2	8	8	10	8	8	7	10	8	5
3.2	5	8	3	7	9	9	7	7	7	10	10	10	7	4	5	10	10	7	6	9	8	5
3.3	2	3	5	10	5	9	2	10	2	1	8	2	1	10	10	10	10	1	1	5	1	1
3.4	6	10	10	10	10	10	10	10	9	8	10	10	10	10	9	10	10	7	7	8	10	10
3.5	10	10	10	9	5	9	9	1	9	5	1	1	1	9	9	1	1	1	7	6	10	9
3.6	4	8	10	8	10	9	10	10	10	10	10	7	8	7	7	9	9	5	10	10	8	8
3.7	7	3	2	2	9	3	6	1	9	10	9	5	3	10	2	2	8	1	6	5	10	2

**Legenda:** A – Aspectos, E – Entrevistados, AF – Agricultor Familiar

## APÊNDICE D

Notas atribuídas ao estado dos aspectos - agricultores familiares, sexo feminino.

E A	AF3	AF5	AF7	AF12	AF14	AF16	AF18	AF21	AF22	AF23	AF24	AF27	AF31	AF34	AF35	AF39	AF40	AF41	AF42	AF43
1.1	4	7	10	9	10	10	6	5	10	9	3	9	5	7	6	10	9	9	10	4
1.2	4	5	10	7	10	5	5	10	10	10	10	10	6	4	4	10	10	10	10	10
1.3	1		2	1	1	3	3	1	10	8	6	10	8	1	10	1	5	5	1	3
1.4	4	7	9	10	10	2	7	5	9	7	3	4	10	5	10	3	6	10	10	4
1.5	7	4	10	7	10	4	5	4	7	7	2	10	10	10	10	4	4	7	7	2
1.6	2	10	9	2	10	4	1	3	7	2	2	6	3	1	4	3	8	3	10	4
2.1	10	8	7	6	9	10	8	5	10	10	10	10	10	10	2	9	8	8	10	10
2.2	7	8	1	4	10	9	4	3	6	10	9	8	1	6	2	9	8	10	10	2
2.3	2	1	2	6	10	10	10	10	2	5	3	10	3	2	7	3	9	5	1	2
2.4	10		9	10	10	10	9	3	10	9	2	6	3	2	4	5	3	1	3	1
2.5	10		6	4	10	3	9	9	10	10	9	10	8	10	10	10	2	10	9	10
2.6	3		10	4	10	10	3		3	4	3	9	1	1	1	2	5		1	1
3.1	10	7	5	5	9	9	7	8	6	7	8	10	8	2	8	8	7	10	8	5
3.2	4	8	2	7	10	10	10	6	5	8	3	9	10	7	4	7	6	9	8	5
3.3	2	8	5	5	8	6	7	3	2	3	5	9	1	1	10	1	1	5	1	1
3.4	8	9	10	10	10	10	5	9	6	10	10	10	8	10	10	7	7	8	10	10
3.5	8	10	10	10	10	10	10	1	10	10	10	9	5	1	9	1	7	6	10	9
3.6	7	8	10	9	10	7	7	5	4	8	10	9	10	8	7	5	10	10	8	8
3.7	2	9	6	6	10	8	6	5	7	3	2	3	10	3	10	1	6	5	10	2

**Legenda:** A – Aspectos, E – Entrevistados, AF – Agricultor Familiar

## APÊNDICE E

Notas atribuídas ao estado dos aspectos - agricultores familiares, sexo masculino.

E A	AF1	AF2	AF4	AF6	AF8	AF9	AF10	AF11	AF13	AF15	AF17	AF19	AF20	AF25	AF26	AF28	AF29	AF30	AF32	AF33	AF36	AF37	AF38
1.1	10	7	7	10	7	10	10	10	6	8	7	10	9	3	7	4	10	10	6	10	10	10	8
1.2	7	10	8	7	7	8	10	10	10	10	8	7	10	10	7	7	10	8	6	9	10	8	10
1.3	1	1	4	1	1	1	1	1	1	1	9	5	7	1	4	7	6	9	3	1	10	10	10
1.4	10	10	10	8	10	5	10	10	10	10	5	5	5	3	5	3	9	9	10	5	10	10	5
1.5	10	7	3	3	5	5	10	8	9	9	8	3	8	10	5	10	10	10	10	10	10	10	10
1.6	2	2	5	7	2	5	6	7	2	7	3	1	10	10	8	3	3	10	7	3	4	10	3
2.1	10	10	10	8	8	7	9	7	5	10	10	7	8	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
2.2	8	6	8	5	9	6	8	4	4	10	10	3	7	5	4	9	7	10	7	6	4	4	7
2.3	10	8	5	9	5	5	1	5	5	10	10	8	4	3	10	7	3	3	4	2	6	10	4
2.4	10	10	10	10	7	10	10	6	2	6	10	5	5	3	4	6	5	10	9	8	10	10	7
2.5	10	10	10	5	10	5	10	10	1	10	8	7	10	2	10	10	9	9	3	10	10	10	10
2.6	5	3	4	2	7	5	10	4	3	2	9	2	5	2	1	1	3		4	9	10	9	4
3.1	9	9	10	2	9	7	9	10	8	8	6	10	10	9	10	9	10	9	7	7	8	10	8
3.2	8	4	7	10	4	9	10	8	7	10	9	4	10	7	9	7	7	7	10	10	5	10	10
3.3	3	3	6	2	9	4	8	8	3	3	8	6	10	10	5	2	10	2	8	2	10	10	10
3.4	10	8	10	9	10	10	10	10	10	10	3	2	10	10	10	10	10	9	10	10	9	10	10
3.5	2	8	3	10	9	10	9	9	9	10	10	1	9	9	5	9	1	9	1	1	9	1	1
3.6	10	8	9	8	6	9	10	10	9	7	8	3	10	8	10	10	10	10	10	7	7	9	9
3.7	2	2	2	7	2	10	8	10	8	5	9	7	7	2	9	6	1	9	9	5	2	2	8

**Legenda:** A – Aspectos, E – Entrevistados, AF – Agricultor Familiar